

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **A NOVA CLASSE MÉDIA NO BRASIL: EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1995 - 2010**

GISELLE MAZZI DE FIGUEIREDO  
DRE: 108018765

ORIENTADOR: Prof. Fábio Sá Earp

AGOSTO 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **A NOVA CLASSE MÉDIA NO BRASIL: EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1995 - 2010**

---

GISELLE MAZZI DE FIGUEIREDO  
DRE: 108018765

ORIENTADOR: Prof. Fábio Sá Earp

AGOSTO 2012

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a).*

## **RESUMO**

Diante do quadro de crescimento e massificação da classe média ocorrida pós-Plano Real, o presente trabalho tem como objetivo principal estudar a mudança de perfil da classe média e o aumento da mesma no período, além da busca de um entendimento do porquê desse aumento ter sido tão maior no governo Lula em comparação com o governo FHC, sempre relacionando os resultados com as políticas de cada governo.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I – UMA VISÃO GERAL DO PERÍODO .....</b>	<b>11</b>
I.1 – A política econômica no governo FHC .....	11
I.1.1 – FHC: primeiro mandato 1995-1998.....	11
I.1.2 – FHC: segundo mandato 1999-2002 .....	15
I.2 – A política econômica no governo Lula.....	19
I.2.1 – Lula: o primeiro mandato 2003-2006 .....	19
I.2.2 – Lula: o segundo mandato 2007-2010 .....	23
<b>CAPÍTULO II – O QUE É A CLASSE MÉDIA? .....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO III – A CLASSE MÉDIA NO PERÍODO FHC (1995-2002).....</b>	<b>31</b>
III.1 – A POF 1995-1996.....	31
III.2 – O perfil de consumo da classe média nos anos FHC: comparação da POF 1995-1996 com a POF 2002-2003 .....	33
III.3 – Evolução do perfil e crescimento da classe média e sua relação com as políticas da época .....	40
<b>CAPÍTULO IV – A CLASSE MÉDIA NO PERÍODO LULA (2003-2010) .....</b>	<b>45</b>
IV.1 – O perfil de consumo da classe média nos anos Lula: comparação da POF 2002-2003 com a POF 2008-2009 .....	45
IV.2 – Evolução do perfil e crescimento da classe média e sua relação com as políticas da época .....	51
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO I – A POF 1995-1996.....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO II – A POF 2002-2003 .....</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO III – A POF 2008-2009.....</b>	<b>70</b>

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

<b>Tabela 1 - Evolução da inflação acumulada (IPCA) com o Plano Real .....</b>	<b>12</b>
<b>Gráfico 1 - Inflação 1990-1998 .....</b>	<b>13</b>
<b>Tabela 2 - Evolução da variação do PIB com o Plano Real .....</b>	<b>14</b>
<b>Tabela 3 - Evolução da inflação acumulada (IPCA): 1999 a 2010 .....</b>	<b>17</b>
<b>Tabela 4 - Evolução do crescimento (variação real anual do PIB): 1999 a 2010 .....</b>	<b>17</b>
<b>Tabela 5 - Evolução do salário mínimo real (deflacionando pelo INPC) .....</b>	<b>28</b>
<b>Tabela 6 - Definição dos limites da classe média .....</b>	<b>28</b>
<b>Tabela 7 - Separação das classes, segundo Waldir Quadros .....</b>	<b>29</b>
<b>Tabela 8 - Definição dos limites da classe média II .....</b>	<b>30</b>
<b>Tabela 9 - Padrão de consumo da classe média em 1995-1996 (%).....</b>	<b>31</b>
<b>Tabela 10 - Gastos da classe média com aluguel em 1995-1996 (%) .....</b>	<b>32</b>
<b>Tabela 11 - Proporção total dos gastos em 1995-1996 (%).....</b>	<b>33</b>
<b>Tabela 12 - Padrão de consumo da classe média 2002-2003 (%).....</b>	<b>34</b>
<b>Tabela 13 - Evolução dos gastos com aluguel no governo FHC (%) .....</b>	<b>35</b>
<b>Tabela 14 - Evolução dos gastos com transportes no governo FHC .....</b>	<b>35</b>
<b>Tabela 15 - Evolução dos gastos com fumo no governo FHC (%).....</b>	<b>36</b>
<b>Tabela 16 - Proporção dos gastos com educação sobre o consumo 1995-1996 (%) .....</b>	<b>36</b>
<b>Tabela 17 - Proporção dos gastos com educação sobre o consumo 2002-2003 (%) .....</b>	<b>37</b>
<b>Tabela 18 - Gasto total da classe média 2002-2003 (%).....</b>	<b>37</b>
<b>Tabela 19 - Gastos da classe média não destinados ao consumo 1995-1996 (%).....</b>	<b>38</b>
<b>Tabela 20 - Gastos da classe média não destinados ao consumo 2002-2003 (%).....</b>	<b>39</b>
<b>Gráfico 2 - Evolução do salário mínimo nominal no governo FHC (%) .....</b>	<b>42</b>
<b>Tabela 21 - Evolução da taxa básica de juros no governo FHC.....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 22 - Evolução do salário mínimo nominal no governo FHC .....</b>	<b>41</b>

<b>Tabela 23 - Total da classe média no governo FHC .....</b>	<b>44</b>
<b>Tabela 24 - Padrão de consumo da classe média 2008-2009 (%) .....</b>	<b>45</b>
<b>Tabela 25 - Evolução dos gastos com aluguel no governo Lula (%).....</b>	<b>46</b>
<b>Tabela 26 - Evolução dos gastos com transportes no governo Lula (%).....</b>	<b>46</b>
<b>Tabela 27 - Evolução dos gastos com educação no governo Lula (%) .....</b>	<b>47</b>
<b>Tabela 28 - Evolução dos gastos com saúde no governo Lula (%) .....</b>	<b>48</b>
<b>Tabela 29 - Evolução dos gastos com fumo no governo Lula (%) .....</b>	<b>49</b>
<b>Tabela 30 - Evolução dos gastos da classe média no governo Lula (%).....</b>	<b>49</b>
<b>Tabela 31 - Evolução da taxa básica de juros no governo Lula .....</b>	<b>52</b>
<b>Tabela 32 - Evolução do salário mínimo nominal no governo Lula .....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

Desde os anos 1950, a classe média vem ampliando cada vez mais sua participação no produto total da economia. Além desse aumento de participação, é possível observar também o aumento da própria classe média, tanto em termos numéricos quanto em valores percentuais. Esse aumento pode ser verificado de maneira mais aparente desde 1994, com a adoção do Plano Real. Atualmente, manchetes como: “Consumo da classe C deve crescer quase 50% até 2020, diz pesquisa”, “Nova classe média usará 53,9% do 13º para quitar dívidas, diz pesquisa”, “Distribuição de renda é arma do Brasil para combater crise, diz Dilma” e “Classe média do Brasil já representa mais da metade da população” permeiam os jornais, na medida em que a classe média se torna cada vez mais importante para a economia brasileira.

O período em questão (1995 – 2010) foi marcado por dois governos de características distintas: de 1995 a 2002, o país esteve sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, enquanto que de 2003 a 2010, estava na Presidência Luiz Inácio Lula da Silva. Nesses dois governos, as taxas de crescimento da classe média foram diferentes: no governo Lula, a classe média cresceu muito mais do que durante os anos FHC. Como fruto desse aumento, é possível identificar um fenômeno de “massificação” da classe C: “hoje em dia, todo mundo é classe média”. Com isso, perdeu-se o *status* da classe média. Em 1995, ser da classe média era considerado bom, enquanto que hoje a classe C representa a grande massa de brasileiros.

Essa mudança acabou por alterar, de maneira clara, o perfil da classe média, e é no cerne dessa discussão que o presente trabalho se insere. Considerando que as mudanças no perfil e na taxa de crescimento são resultado das políticas adotadas e tidas como prioritárias, o trabalho busca analisar de que maneira as políticas de cada governo influenciaram o aumento da classe média e a mudança de perfil observada, principalmente no que tange ao perfil dos gastos. Com isso, será possível uma análise mais específica de alguns tópicos, como a diferença entre o aumento observado nos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu com a difícil missão de manter sob controle a inflação e fazer o país retomar as taxas de crescimento, tendo claramente assumido essas metas como prioritárias. A partir do sucesso obtido com o Plano Real no que diz respeito à estabilização de preços, taxas expressivas de crescimento econômico puderam ser novamente perseguidas, o que não garantiu que elas fossem, de fato, alcançadas durante todo



o período. Vale ressaltar o quanto a estabilização foi importante para a melhora da qualidade de vida da classe média.

Em seguida, Lula veio com a também difícil tarefa de melhorar a distribuição de renda do país. Marcelo Neri (2008) define bem a questão de ambos os governos com uma metáfora:

*Fazendo uma analogia, na análise distributiva relativa, estamos num gráfico de pizza de tamanho fixo de 100% onde para um grupo ganhar, outro tem de diminuir. Na análise absoluta aqui utilizada, além da dança distributiva, o tamanho de pizza pode mudar. O que está por trás do resultado, é que além daqueles com renda mais baixa terem se apropriado de uma maior parcela relativa da pizza (a redução da desigualdade), a mesma aumentou de tamanho (o crescimento). (p. 34)*

A partir dessa análise, é possível compreender que, no período do governo do Presidente Lula, o crescimento da *pizza* não teve efeito tão grande sobre a ampliação da classe média quanto teve a redistribuição de renda. Seguindo a metáfora, foi o período em que os pedaços da *pizza* (sendo essa já maior) passaram a ser divididos de forma mais justa: o pedaço da classe média aumentou, assim como o das classes D e E.

Inicialmente, o objetivo é fazer uma análise das principais medidas adotadas no período 1995-2010. Isso será feito levando em consideração que a diferença em relação ao aumento e mudança no perfil de gastos da classe média nos dois períodos está fortemente ligada à intenção e ao interesse de cada governante: crescimento e estabilização X redistribuição de renda. Para isso, será feita uma análise do Plano Plurianual formulado pelo governo em questão. Em seguida, serão discutidas as principais medidas de fato adotadas pelo governo, sempre focando o estudo em indicadores econômicos e sociais.

Com isso, o objetivo do trabalho é estudar eventuais mudanças no perfil de gastos da classe média, além da busca de uma explicação do porquê do aumento ter sido tão maior no governo Lula (aproximadamente 4% ao ano) do que foi durante o governo FHC (aproximadamente 2,5% ao ano). Após a análise, será constatado que o crescimento da classe média no governo FHC foi devido ao crescimento econômico do país, enquanto que o crescimento observado no governo Lula foi devido à política de redistribuição de renda.

No primeiro capítulo, será feita uma análise dos anos em que o país esteve sob governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso da maneira especificada acima: através de uma comparação entre o Plano Plurianual formulado e as medidas de fato adotadas. Em seguida, o mesmo será feito em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No segundo capítulo, será feita uma pequena introdução sobre a classe média em si, suas origens e as formas de mensuração, de maneira a deixar clara a importância que a classe média tem para o país e a necessidade de estudá-la mais a fundo.

No terceiro capítulo, será feita uma análise da classe média no período FHC. Inicialmente, será traçado o padrão de despesas da classe C, através de uma comparação da POF 1995-1996 com a POF 2002-2003. Em seguida, será feito um paralelo do perfil da classe com as medidas adotadas como prioritárias, bem como serão estudadas e analisadas a taxa média anual de crescimento da classe C e sua relação com o período.

No quarto capítulo, a mesma análise será feita para o perfil da classe média no governo Lula, dessa vez comparando as POFs 2002-2003 com a 2008-2009.

No final, a conclusão mostra os resultados obtidos a partir da análise ao longo do trabalho e, após a conclusão, encontram-se em anexo as três Pesquisas de Orçamento Familiar utilizadas na elaboração do presente trabalho.

## **CAPÍTULO I – UMA VISÃO GERAL DO PERÍODO**

### **I.1 – A política econômica no governo FHC**

#### **I.1.1 – FHC: primeiro mandato 1995-1998**

O Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o Palácio do Planalto em primeiro de janeiro de 1995, com a árdua tarefa de manter a inflação sob controle e estabilizar o país, fato que nenhum outro presidente havia conseguido até então. É sabido que, com a inflação ganhando força, os planos e orçamentos estatais necessitavam de revisão periódica, caso contrário, se tornariam, rapidamente, meros instrumentos formais. Com isso, o Plano Plurianual (PPA) corria riscos de perder totalmente seu valor como determinante das ações governamentais.

O segundo PPA após a Constituição de 1988, o PPA 1996/1999, sob a coordenação do então Ministro do Planejamento José Serra, tinha como objetivo central a estabilidade econômica, através da manutenção do controle inflacionário obtido com o Plano Real, da modernização do país e da negligência da política externa. A realidade é que a estabilidade é condição necessária, mas não suficiente, para se alcançar uma trajetória de crescimento sustentado, já que uma economia desorganizada monetariamente e com altas taxas de inflação é ambiente inadequado para investimentos e expansão de negócios. Com isso, o período ficou marcado pela priorização aos processos de estabilização econômica, reforma do Estado e desestatizações. O Plano estabelecia como premissa básica a necessidade de consolidação da estabilidade, submetendo as políticas macroeconômicas e setoriais à política monetária. Além da abertura comercial e desregulamentação, via-se ainda um direcionamento ao setor privado de parte substancial dos investimentos mais importantes previstos no plano. Eram três as estratégias de ação que direcionavam a proposta de desenvolvimento que o país adotava: construção de um Estado moderno e eficiente, redução dos desequilíbrios espaciais e sociais e, por fim, inserção competitiva e modernização produtiva, que seria obtida através da abertura econômica, qualificação da mão-de-obra com atenção especial à educação básica e à flexibilização das leis trabalhistas. Já a modernização do Estado estava associada à melhoria do corpo técnico de servidores.

Visto o que foi proposto, é preciso ver o que realmente aconteceu, ou seja, quais desses objetivos foram de fato priorizados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

De início é importante lembrar o Plano Real, feito pela equipe da qual fazia parte o então presidente, no ano anterior (1994). Entretanto, após o sucesso na redução da inflação por meio da âncora cambial surgem dois graves problemas: o fiscal e o cambial. O câmbio, artificialmente mantido sobrevalorizado, levou a um aumento sem precedentes das importações, que não foi acompanhado por um aumento das exportações. Com isso, o endividamento externo tornou-se inevitável, o que implicava pagamentos crescentes de juros, lucros e dividendos. Como consequência direta disso, tem-se que o déficit de serviços e renda quase dobrou no período do primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que herdara tanto os méritos quanto os problemas relacionados ao Plano Real e por ele gerados.

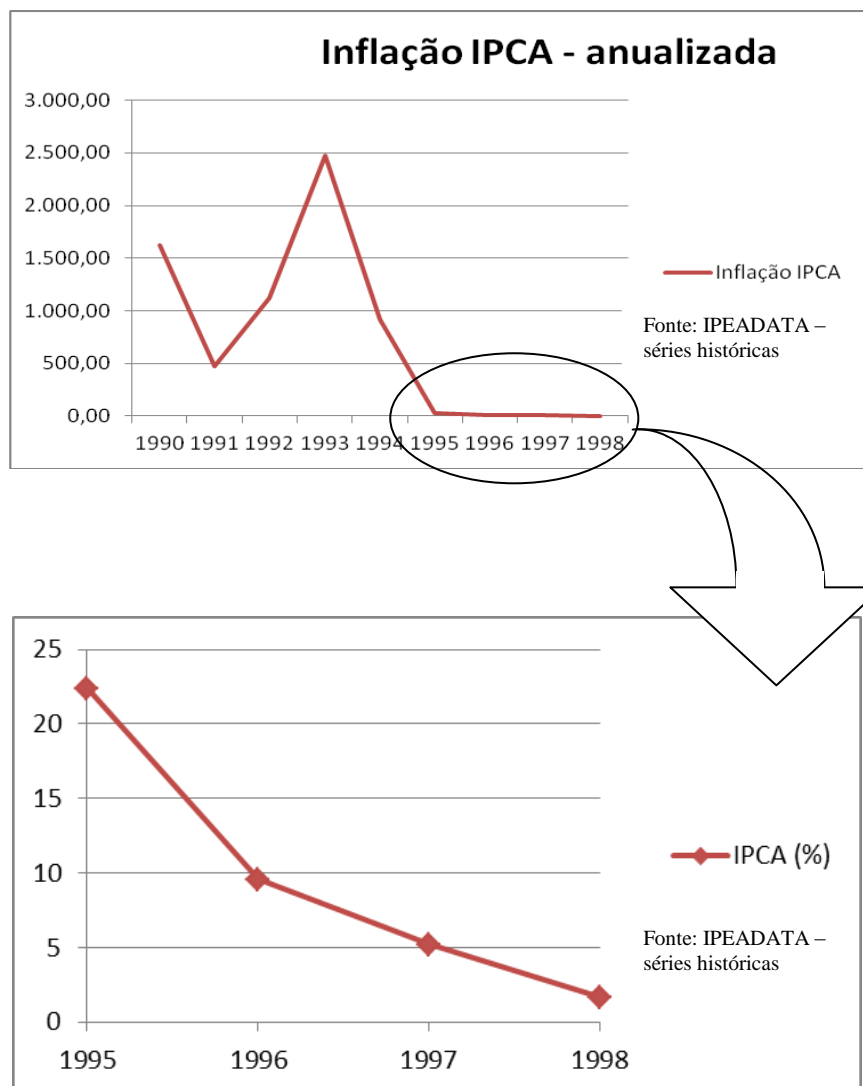
Na questão cambial, as desvalorizações foram insuficientes. Em 1995, quando não havia pressão de demanda interna e o nível de atividade estava em queda, o medo da memória inflacionária; da retomada do fantasma da inflação impediram o governo de fazer uma desvalorização maior. Já em 1997, a proximidade das eleições e a reeleição (quase certa), impediram o governo de desvalorizar, na esperança de que o resto do mundo continuaria a financiar o país. Apesar disso, é preciso destacar o sucesso do ex-presidente e sua equipe na formulação, adoção e condução do Plano, conforme fica evidenciado pelos dados da tabela a seguir, que mostram não só o controle da inflação pós-Plano Real, mas ainda mais importante: a sua manutenção e a diminuição gradativa ao longo dos anos seguintes:

Tabela 1 – Evolução da inflação acumulada (IPCA) com o Plano Real

Ano	IPCA acumulado (%)
1990	1.620,97
1991	472,7
1992	1.119,10
1993	2.477,15
1994	916,46
<b>1995</b>	<b>22,41</b>
<b>1996</b>	<b>9,56</b>
<b>1997</b>	<b>5,22</b>
<b>1998</b>	<b>1,66</b>

Fonte: IPEADATA – séries históricas

Gráfico 1 – Inflação 1990-1998



Alcançada a estabilização monetária, o país se viu, então, em um círculo vicioso: a âncora cambial foi perdendo eficiência, o déficit externo crescente tinha que ser compensado pela entrada de capitais, que, por sua vez, eram atraídos pelos juros elevados, que pressionavam as contas públicas e dificultavam o crescimento. Tudo acabaria quando cessasse a entrada de capitais.

Para além do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso consolidou uma política de abertura econômica como eixo diretor da ação internacional do Brasil, sem estratégia de inserção madura no mundo da interdependência global. A política externa do governo era a de adotar uma posição mais fraca, moderada, contando que a ação externa no país se daria em

um contexto de colaboração e as iniciativas couberam a órgãos internacionais. Dessa maneira, o papel assumido internacionalmente pelo Brasil não resultou em responsabilidade ou risco.

Diante dessa filosofia, o país acabou adotando um processo de desenvolvimento pela aceitação<sup>1</sup>. Com isso, o Brasil cresceu praticando as reformas conforme as diretrizes do receituário vigente: diminui-se cada vez mais o papel ocupado pelo Estado na economia e no processo de desenvolvimento e tratou-se de atrair, pelo bom comportamento, o investimento externo, ansioso pela parceria entre baixo risco e alto lucro. Os planejadores e os dirigentes da política externa brasileira no primeiro governo Cardoso viam que, somente dessa forma, o Brasil seria considerado nas relações políticas e econômicas internacionais, já que precisava crescer e o desenvolvimento era tema certo para o governo.

Sobre o crescimento do país no período, a tabela abaixo mostra os números e evidencia que, considerando que nos anos anteriores (mais precisamente em 1990 e 1992) o crescimento fora negativo, o governo do presidente Cardoso obteve relativo sucesso em sua política de crescimento, excetuando-se o resultado de seu último ano de governo, quando é preciso considerar o ambiente de desconfiança na economia pelo câmbio sobrevalorizado.

Tabela 2 – Evolução da variação do PIB com o Plano Real

Ano	PIB - Variação real anual (%)
1990	-4,35
1991	1,03
1992	-0,47
1993	4,67
1994	5,33
<b>1995</b>	<b>4,42</b>
<b>1996</b>	<b>2,15</b>
<b>1997</b>	<b>3,38</b>
<b>1998</b>	<b>0,04</b>

Fonte: IPEADATA – séries históricas

<sup>1</sup> Conceito de Fonseca Jr (1998), utilizado por Lessa, Freitas Couto e Souza Farias (2009), para designar o processo de desenvolvimento da economia no qual eram praticadas a redução do papel do Estado e a atração de capital internacional, em busca de altos lucros e pouco risco. Segundo o conceito, se cresceria *aceitando* e adotando o padrão imposto pelo Consenso de Washington..

Vale ressaltar que nenhuma medida social de caráter expressivo foi tomada. Além disso, os efeitos dessa linha de ação sobre o mercado de trabalho foram drásticos. Houve um acréscimo de quase 50% no nível de desemprego entre janeiro de 1996 e dezembro de 1999 na região metropolitana de São Paulo, enquanto o rendimento médio real trimestral, no mesmo período, caiu mais de 10%, conforme dados da pesquisa de emprego e desemprego do DIEESE.

É perceptível uma contradição de base entre a política de ajuste e de estabilização econômica adotada pelo governo e a possibilidade de se promover políticas sociais com impacto efetivo sobre o desenvolvimento social no país. De fato, a gestão econômica teve, sobre a questão social, efeito dramático, considerando o aumento da taxa de desemprego no país. Este modelo econômico gera não só desemprego como reduz o impacto dos programas governamentais de criação de oportunidades de emprego e renda

### **I.1.2 – FHC: segundo mandato 1999-2002**

O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi reeleito com 53,064% dos votos válidos, ainda no primeiro turno, sob os méritos da estabilização de preços. Dentro do que se propôs em seu primeiro mandato, os resultados foram considerados, pela maioria da população, satisfatórios. Entretanto, os contextos nacional e internacional mudaram drasticamente no segundo mandato em relação ao primeiro.

As crises financeiras do final dos anos 90 demonstraram que a estratégia adotada no primeiro governo era falha, já que elas pararam de dar resultado. Mesmo aplicando uma política fiscal restritiva, privatizando setores importantes da economia nacional e implementando reformas liberalizantes, além da manutenção ao incentivo à abertura comercial, todas iniciativas explicitadas no receituário do “Consenso de Washington”, o Brasil foi fortemente afetado pelos efeitos da crise econômica e alcançou resultados medíocres em termos de desenvolvimento e crescimento econômico nos anos subsequentes.

O câmbio sobrevalorizado não tinha mais como se sustentar, e o país via suas reservas diminuïrem cada vez mais e a necessidade de financiamento aumentar. O acordo com o FMI não foi acompanhado por desvalorização, o que implicou consequências graves, como a perda de credibilidade, não só do acordo, como também do governo no que tangia à sua capacidade de manutenção de câmbio estável. Soma-se a isso o fato de que o Congresso recusou a

cobrança do INSS aos aposentados, sugerindo que o governo não tinha mais base política para aprovar suas propostas.

O resultado desse momento foi grave para o país, que viu a fuga de divisas se acelerar de maneira crescente. Com isso, tentou-se uma desvalorização controlada de 10%, o que atestou a incapacidade do governo de manter o câmbio, e fez o mercado financeiro entrar em pânico e a fuga de divisas aumentar. Era o fim do câmbio fixo: o governo então deixou o câmbio flutuar e, em 45 dias, o dólar foi de R\$ 1,20 para R\$ 2,00.

Na tentativa de voltar a atrair capitais, duas medidas importantes foram tomadas: a selic foi elevada e, para evitar o descontrole inflacionário, o regime de metas de inflação foi adotado com uma margem de tolerância para acomodar o impacto de variáveis exógenas, possibilitando respostas mais suaves aos choques.

A desvalorização cambial aumentou o serviço da dívida, e foi preciso elevar o superávit primário a partir do ano 2000. Com relação à inflação, a desvalorização cambial não causou aumento dos preços, pois a economia estava desaquecida, a política monetária rígida conteve as remarcações, a baixa inflação inicial (0,7% em janeiro de 1999) diminuiu o temor do repasse e ajudou na mudança da mentalidade indexatória dos agentes.

O país retomava o crescimento quando ocorreu a crise de energia em 2001, por falta de investimentos públicos e privados (o Estado não investiu esperando que o setor privado o fizesse, mas não conseguiu privatizar as empresas de eletricidade por bloqueio político), enquanto o consumo de energia aumentava cada vez mais. O resultado foi uma queda do PIB por três trimestres consecutivos. Além disso, em paralelo, fenômenos externos como a crise da Argentina reduziram a entrada de recursos.

Assim, a negligência da política externa do PPA 1996/1999 e a obediência militar aos receituários ortodoxos mostravam-se equivocadas. O segundo governo Cardoso, por outro lado, encarou com mais sobriedade a realidade internacional, e passou a adotar cautela em relação aos efeitos de uma globalização assimétrica que já podiam ser notados. Com isso, a formulação do Plano Plurianual 2000/2003 refletiu esses ajustes e buscou inovações nesse sentido, resgatando o papel da política externa como elemento importante para a estratégia de desenvolvimento esboçada pelo governo.



Uma vez que a inflação encontrava-se relativamente sob controle, conforme evidencia a tabela 3 a seguir, era preciso retomar o crescimento, que atingiu valores ínfimos em 1998 e 1999, com taxas respectivas de 0,04 e 0,8%, conforme dados das tabelas 3 e 4, a seguir.

Tabela 3 – Evolução da inflação acumulada (IPCA): 1999 a 2010

Ano	IPCA acumulado (%)
1999	8,94
2000	5,97
2001	7,67
2002	12,53
2003	9,3
2004	7,6
2005	5,69
2006	3,14
2007	4,46
2008	5,9
2009	4,31
2010	5,91

Fonte: IPEADATA – séries históricas

Tabela 4 – Evolução do crescimento (variação real anual do PIB): 1999 a 2010

Ano	PIB - Variação real anual (%)
1999	0,8
2000	4,31
2001	1,31
2002	2,66
2003	1,15
2004	5,71
2005	3,16
2006	3,96
2007	6,09
2008	5,17
2009	-0,33
2010	7,53

Fonte: IPEADATA – séries históricas

O novo PPA 2000/2003 indicava novos rumos: era a promessa de um novo planejamento e do resgate da política externa. A estabilidade econômica continuava em destaque. O sucesso na garantia do controle da inflação deveria ser o trunfo essencial para os próximos anos. Frente aos impactos sobre o mercado de trabalho que se verificou no período anterior, a segunda diretriz tratava da promoção do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e oportunidades de renda. Um novo enfoque social era dado ao PPA. Nas palavras de Lessa, Freitas Couto e Souza Farias (2009):

*Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social e consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos compunham as diretrizes iniciais enviadas pelo governo ao Congresso Nacional. Garantir a estabilidade e buscar o resgate social numa sociedade severamente afetada pelas crises financeiras do final dos anos 90 era a agenda do segundo governo Cardoso. Reduzir as desigualdades inter-regionais e promover os direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação foram as duas diretrizes enxertadas pelo Congresso Nacional ao plano plurianual. (p. 94)*

A partir da leitura deste fragmento, vê-se que o caráter social do Plano foi imposto pelo Congresso. A ideia era fortalecer o país internacionalmente, através de uma nova meta: a de fazer o país atingir 100 bilhões de dólares de exportação até 2002 e fortalecer a participação do país nas relações econômicas internacionais.

Ao mesmo tempo, a globalização desigual mencionada anteriormente era vista com preocupação e a desigualdade entre as nações e os efeitos distintos eram prejudiciais aos países em desenvolvimento. Esses contras, produzidos pelas crises, a globalização, por si só, não conseguia resolver.

Mas, em sua proposta original, vale ressaltar que o governo obteve relativo sucesso nas suas metas tanto de crescimento quanto de inflação, como mostram as tabelas 3 e 4. O crescimento, medido pela variação do PIB foi de 4,4% em 2000, caindo para 1,3% em 2001 e se mantendo em 1,9% em 2002, mostrando uma queda drástica de compara ao ano de 2000. O sucesso pode ser considerado relativo nesse setor já que o PIB não voltou a registrar, nos anos FHC, o pífio crescimento de 1998 e 1999, anos em que a taxa foi inferior a 1% a.a.

No que diz respeito à inflação, esta se manteve em 9,0%, 6,0% e 7,7% nos anos de 1999, 2000 e 2001, voltando a acelerar para 12,5% em 2002, o que indicava claramente que algo estava errado. Era preciso mudar.

## **I.2 – A política econômica no governo Lula**

### **I.2.1 - Lula: o primeiro mandato 2003-2006**

O primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode ser dividido em dois momentos: um primeiro momento, que contempla os anos de 2003 e 2004, no qual foi praticado pelo governo a mesma orientação que norteou o segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e um segundo momento, em que Lula começou a pôr em prática parte de seus projetos.

Durante o primeiro momento, manteve-se o tripé de sustentação da política econômica: sistema de metas de inflação, metas rígidas para o superávit primário (com o intuito de garantir a solvência do setor público) e câmbio flutuante. O eixo central da política econômica nesse primeiro período foi a continuidade. Essa estratégia teve como foco reconquistar a credibilidade político-econômica do país, abalada com a vitória de um presidente de esquerda, com o intuito de garantir a manutenção da estabilidade.

Sobre os resultados obtidos, Portugal e Barcelos Neto (2005) consideram satisfatórios:

*Os resultados obtidos nesses dois anos, em termos econômicos, indicam que a opção foi correta e necessária, o que não deve ser entendido como suficiente para garantir que o País possa crescer de maneira sustentável nos próximos anos. A política monetária tem efeitos sobre a inflação e sobre a flutuação do produto no curto prazo, mas, infelizmente, é incapaz de elevar a taxa de crescimento de longo prazo da economia. (pp. 188 – 189)*

É claro que o cenário internacional no período serviu de maneira apropriada para garantir e sustentar o bom crescimento nacional recuperado em 2004, após o fraco desempenho de 2003, fruto em grande parte da desconfiança com relação ao novo governo. As taxas de crescimento e de inflação para os anos de 2003 e 2004 foram, respectivamente, 1,15% e 5,71% e 9,3% e 7,6%, conforme tabelas 3 e 4.

A taxa básica de juros foi elevada nas duas primeiras reuniões do Comitê de Política Monetária e chegou a atingir 26,50% ao ano. O aperto na política monetária continha a inflação, mas, ao mesmo tempo, impunha à atividade um ritmo lento, com diversos setores apresentando desempenhos ruins, principalmente aqueles mais dependentes do mercado interno.

Já em 2004, há uma mudança: a economia brasileira conseguiu obter resultados macroeconômicos positivos, relacionados à flexibilização da política monetária iniciada em 2003. É sempre bom ressaltar o contexto favorável; afinal, vivia-se um momento de liquidez elevada no mercado financeiro internacional. A junção de uma demanda mundial aquecida, com a manutenção da política econômica também nas áreas cambial e fiscal gerou os bons resultados registrados tanto nas atividades mais voltadas ao mercado externo quanto nos setores mais dependentes da dinâmica interna do consumo. Os dados das tabelas 3 e 4 permitem ver com clareza o baixo crescimento da economia, fruto da descrença interna e externa no novo governo, e sua leve recuperação, além do trajeto inflacionário ascendente.

Apesar da importância da demanda externa no que tange à reativação da economia no final de 2003 e no início de 2004, foi o mercado interno — alicerçado na expansão da massa de salários e no crescimento do crédito — o grande responsável pelo desempenho econômico daquele ano. A massa de salários teve um desempenho positivo, como resultado do crescimento do emprego e de uma marcante elevação do salário real médio.

Nesse contexto, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 5,7%, e o destaque ficou por conta do aumento da participação da demanda interna, responsável por, aproximadamente, 80% do resultado. Em relação à política monetária, a taxa básica de juros foi reduzida e finalizou 2004 na casa dos 17,75% ao ano.

Uma vez alcançada a estabilidade e reconquistadas a confiança e a credibilidade do governo, chegava a hora das tão prometidas e sonhadas mudanças sociais. Sobre isso, Chico Buarque (2004) diz:

*Acho que ele está fazendo o que tem que fazer e eu tenho confiança pessoal no Lula. Ele não deve estar satisfeito de estar seguindo a receita que tem que ser seguida para conseguir uma certa estabilidade [...]. Tenho a esperança que a partir do terceiro ano, ele (Lula) possa fazer não só o que precisa ser feito, mas o que ele quer e prometeu fazer.<sup>2</sup>*

À segunda metade do governo, Lula já poderia seguir as diretrizes do PPA por ele formulado, já que as crises financeiras internacionais do final dos anos 90 mostraram que não

---

<sup>2</sup> Uma visão diferente da de Chico Buarque apresentava José Saramago, autor vencedor do Prêmio Nobel de Literatura de 1998. Sobre a política inicial do governo Lula, ele disse: “Lula não chegou a se tornar um dom Sebastião, e ainda bem. Mas agora não sei exatamente quem é. Tenho a impressão que deixou de ser o Lula que conhecíamos. O poder tem destas coisas, vira os políticos como se eles fossem uma peúga. A primeira viragem chama-se pragmatismo, a segunda oportunismo, a terceira conformismo. A partir daqui, o melhor é deixar de contar.” (2004).

era suficiente seguir as regras internacionais postas, mas que era preciso modificá-las. A América do Sul surgia então como plataforma regional preferencial para o Brasil se preparar para uma inserção competitiva internacional de maneira mais sustentável e menos desigual.

A elaboração do novo plano ganhou, portanto, atenção especial do novo grupo dirigente e dos movimentos sociais organizados que tinham uma ligação histórica com o Partido dos Trabalhadores. Assim, e alinhado com as experiências administrativas petistas em administrações municipais e estaduais, pretendeu-se construir um plano de forma participativa, com o envolvimento direto da sociedade. Segundo o próprio texto introdutório do PPA 2004/2007, “a construção e a gestão do Plano a partir de um amplo debate com a sociedade busca a implantação de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, marcado pela transparência, solidariedade e corresponsabilidade” (MPOG, 2004). O plano propunha uma estratégia de longo prazo baseada na promoção de um mercado interno de consumo de massa, com três grandes objetivos de governo claramente demarcados: nas áreas social, econômica e institucional.

O plano considerava a concentração social e espacial da renda e da riqueza, a pobreza e exclusão social, o desrespeito aos direitos fundamentais da cidadania, a degradação ambiental e a baixa criação de empregos como sendo os principais problemas a serem enfrentados, além da causa da não conversibilidade dos ganhos de produtividade em aumento de rendimento para a grande maioria das famílias trabalhadoras. O PPA também considerava a redução da vulnerabilidade externa, que poderia ser obtida através do fortalecimento do consumo e das exportações, fenômeno que já podia ser observado em 2004. A estratégia de desenvolvimento visava ampliação da competitividade da produção nacional pela via dos investimentos em infraestrutura, principalmente nas áreas de logística de transportes, energia e comunicações.

A questão chave do modelo de crescimento por consumo de massas, proposto pelo governo, está na transmissão dos ganhos de produtividade da economia para o rendimento das famílias trabalhadoras, que aumentaria a massa salarial do país que se direcionaria, naturalmente, aos setores da economia e, por consequência, aumentaria a competitividade da produção nacional pelos ganhos de escala obtidos com a expansão do mercado interno.

Além da estratégia de desenvolvimento de longo prazo, revelaram-se três grandes objetivos do governo que orientavam o restante do PPA: o primeiro dizia respeito à inclusão

social e redução das desigualdades sociais, o segundo apresentava a busca de crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais e, por fim, o terceiro ressaltava a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Sobre a questão social e de transferência de renda, Marques e Mendes (2006) defendem que, desde o início, Lula “preocupou-se em definir o combate à fome como o carro-chefe de sua política social, lançando de maneira apressada na mídia o Programa Fome Zero.” (p. 67). Com o *slogan* “Quem tem fome, tem pressa”, o programa consistia na transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza, contando que esse valor deveria ser utilizado na compra de produtos alimentícios definidos pelo governo.

O governo Lula também criou o Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, e nele centralizou o conjunto de programas sociais de caráter assistencial. A partir dessa decisão, os programas de transferência de renda puderam entrar em vigor e acontecer de maneira mais organizada e com menos boicotes (embora esses boicotes ainda estejam presentes). Como exemplo, é possível citar o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás que foram unificados em um único: o Bolsa Família<sup>3</sup>. Sobre esse programa em específico, é possível afirmar que, em 2004, o Bolsa Família contemplava 5.533 municípios, o que representa um total de 99,50% dos municípios existentes no país, e atingia 6.571.842 famílias, gerando um gasto anual de R\$ 5,3 bilhões. É sabido que o programa alterou as condições de vida das famílias. Sobre isso, Marques e Mendes (2006) defendem:

*Como o público alvo dessas transferências é formado por famílias com renda per capita inferior a R\$ 100,00 (cem reais), o recebimento do Bolsa Família altera as condições básicas da vida familiar, fazendo com que grande parte do recurso recebido seja dirigido para a alimentação. Estudo sobre o impacto do então Bolsa Alimentação mostrou que, para famílias com renda mensal per capita inferior a R\$ 90,00, a tendência é destinar ao consumo de alimentos 89 centavos para cada 1 real do benefício recebido (Ministério da Saúde, 2003). (pp. 67-68)*

Não há dúvida de que os programas sociais implementados pelo governo Lula ou por ele ampliados constituem um esforço nunca antes visto de tentar diminuir as desigualdades no país. Segundo Lessa, Couto e Farias (2009) “há, portanto, um alto grau de coerência entre o

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás foram instituídos, respectivamente, em abril de 2001, setembro de 2001 e janeiro de 2002, ainda sob mandato de Fernando Henrique Cardoso.

disposto no Plano Plurianual e as linhas de atuação implementadas pelo primeiro governo Lula”. A priorização da América do Sul enquanto foco da política externa, assim como o novo patamar de relacionamento com os BRICS e os esforços em torno da diminuição da vulnerabilidade externa do país, seja pela ampliação das exportações e acumulação de divisas ou pela atração de investimentos mostram a intenção de fortalecer o país internacionalmente. A busca da consolidação e do fortalecimento de um mercado de consumo de massas evidencia a busca por um ideal de crescimento diferente e sustentável, o que foi reforçado pelos programas sociais implementados, que atendiam ao lado social do PPA, pelo menos em parte. Os bons resultados alcançados levaram a economia a taxas de crescimento de respectivamente 3,16% e 3,96% para os anos de 2005 e 2006 e a um IPCA acumulado de 5,69% e 3,14%, o que evidencia sua trajetória de queda.

### **I.2.2 – Lula: o segundo mandato 2007-2010**

Ainda que fosse, em tese, um bom modelo de crescimento e desenvolvimento para o país, é importante ressaltar uma característica do processo de desenvolvimento centrado no consumo de massas: esse modelo demanda muito mais do que quatro anos para ser implementado em sua plenitude. É claro que em quatro anos os resultados não estavam tão visíveis nem satisfatórios.

Com a proposta de um país menos desigual (“Brasil: um país de todos”<sup>4</sup>), Lula foi reeleito em segundo turno com 60,827% dos votos válidos. Sua nova proposta de governo era um programa de continuação do mandato anterior, explicitado pelo PPA 2008/2011, que tinha três eixos fundamentais que direcionariam as ações e projetos governamentais, os quais estariam focados em três desafios, a saber: acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais. Em mensagem aos membros do Congresso Nacional, diz o Presidente (2008):

*Senhores Membros do Congresso Nacional,*  
 1. O Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 que apresento ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira responde ao desafio de acelerar o crescimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais.  
 2. Os fundamentos da economia estão sólidos e a confiança da sociedade tem propiciado ambiente favorável aos investimentos privados e à ampliação dos investimentos públicos, com redução contínua da taxa de juros e controle da inflação. As reservas internacionais alcançaram patamar histórico, consolidando a estabilidade econômica.

---

<sup>4</sup> Slogan do segundo mandato de Lula.

*3. O fortalecimento das infraestruturas econômica, social e urbana vem ocorrendo simultaneamente com a implementação das principais políticas públicas, cujos resultados positivos já são visíveis.*

*4. O PPA 2008-2011 organiza as ações do Governo em três eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. O Plano estabelece as metas e as prioridades a serem cumpridas pelo Governo ao mesmo tempo em que são referências ao setor privado.*

O Plano Plurianual para o período 2008/2011 começou a ser moldado por Lula com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, em janeiro de 2007, logo no início do seu segundo mandato. Ainda com relação a crescimento e infraestrutura, o plano contava com uma pesada agenda de investimentos nesse campo, dentre eles uma série de investimentos em biocombustíveis.

Já com relação à redução das desigualdades sociais, esta se deu principalmente através de programas de transferência de renda. No caso do Bolsa Família, vale ressaltar que mais de onze milhões de famílias foram atingidas ainda em 2007. O Bolsa Família caminhava lado a lado com o PAC na conformação estratégica do plano. E, a completar o tripé de sustentação do PPA 2008/2011, é preciso destacar o Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, que abrange desde a educação básica e alfabetização e educação continuada para jovens e adultos até o ensino superior, passando pelo ensino profissional e tecnológico. Medidas como o ProUni e a controversa adoção das cotas para ingresso em instituições de ensino também compõem esta parte do Plano.

Em termos de reservas internacionais, os resultados alcançados, com reflexos na redução da vulnerabilidade externa do país também foram expressivos. Em 31 de dezembro de 2007, as reservas internacionais divulgadas pelo Banco Central do Brasil somavam mais de US\$ 180 bilhões, número que no último dia do ano de 2003 estava um pouco abaixo de US\$ 49,5 bilhões. Em fevereiro de 2008, o BACEN divulgou a notícia sobre a passagem do Brasil à condição de credor internacional, já que os ativos brasileiros no exterior superaram a dívida externa pública e privada em US\$ 4 bilhões. Em abril de 2008, o Brasil pôde receber, enfim, o *grau de investimento* pela agência americana de classificação de risco *Standard & Poor's*.

Com relação ao crescimento, a estratégia se dava pela ampliação do mercado de consumo de massas, herança consistente do mandato anterior. Mais uma vez, foi enfatizado pelo governo o ciclo virtuoso gerado por investimentos, inovação, aumento da produtividade,



distribuição dos ganhos de produtividade aos trabalhadores, aumento da massa salarial, ganhos de escala e novos investimentos.

Visando a posição internacional ocupada pelo Brasil, é fundamental citar a integração do Brasil com a América do Sul como parte da estratégia brasileira de desenvolvimento, o que mostra a importância adquirida pela região durante o primeiro mandato de Lula. Houve um grande incentivo e adoção de políticas de promoção de investimento produtivo, além de um reforço no papel da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sobre o segundo mandato, as tabelas 3 e 4 evidenciam os resultados, quando o Brasil alcançou crescimento de 6,09% em 2007, 5,17% em 2008, -0,33% em 2009 e 7,53% em 2010, mostrando recuperação da crise de 2008-2009. Já na questão inflacionária, o IPCA para esses quatro anos ficou em 4,46%, 5,9%, 4,31% e 5,91%, mantendo-se dentro do limite da meta estabelecida.

Vale ressaltar que a variação negativa observada em 2009, fruto da materialização do cenário pessimista traçado ante o agravamento da crise financeira iniciada nos EUA, foi um dos melhores desempenhos econômicos observados no mundo no ano, inclusive entre as economias mais ricas, mas ficou bem aquém daqueles de outras economias emergentes, como Índia e China, por exemplo. Com relação à inflação, esta se manteve dentro da meta em todos os anos observados.

## CAPÍTULO II – O QUE É A CLASSE MÉDIA?

Antes de começar a análise proposta neste trabalho, inicialmente é preciso entender o que é a nova classe média. Em poucas palavras, é possível definir a classe média de qualquer sociedade como um espelho daquela sociedade, ou seja: a classe média brasileira e seu modo de viver refletem a sociedade brasileira. Ela é a imagem mais próxima da média dessa sociedade. A nova classe média, que hoje reflete a média do Brasil, é aquela que há anos atrás lutava para superar seus limites, de maneira a tentar fazer com que seus filhos tivessem uma vida mais confortável do que a sua e seus netos, uma mais confortável do que a de seus filhos.

A nova classe média brasileira é definida como a que emergiu nos anos 80 com a redemocratização, mas que teve seu *boom* de crescimento após o sucesso do Plano Real. Esse *boom* se reflete numa explosão de consumo daquilo que, em sua essência, caracteriza a classe C: casa, carro e carteira assinada. Esse novo grupo social, que compartilha interesses e objetivos, teve sua expansão possível graças à redistribuição de renda que marcou a última década. Isso aconteceu devido ao fato de que, desde os anos 2000, observou-se no país uma grande diferença nas taxas de crescimento da renda dos mais pobres para a dos mais ricos. Enquanto a renda dos 10% mais ricos cresceu apenas metade do que cresceu a renda média brasileira nesses anos, os 10% mais pobres viram sua renda crescer cerca de duas vezes e meia o que cresceu a renda nacional.

Antes de qualquer coisa, vale destacar que, a classe média brasileira abrange um grupo muito grande e heterogêneo de indivíduos, cada um com vontades e necessidades diferentes. Entretanto, é possível observar em todos esses brasileiros uma vontade comum: a de ascender socialmente. É com base nessa premissa que se define uma primeira tentativa de conceituação de classes. Segundo essa abordagem, a classe média pode ser conceituada pela análise detalhada de suas atitudes e expectativas: é a classe que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. É a classe que busca a realização de seus sonhos, que funcionam como um incentivo especial para que trabalhe e conquiste sua riqueza. A classe média, segundo essa abordagem, age movida pelo seu anseio de subir na vida. Com base nessas premissas e crenças a FGV definiu: “Classe média seria um estado de espírito que a vida vai melhorar no futuro”.

Outra maneira de se avaliar uma classe econômica é pelo seu poder de consumo. Seguindo essa linha, o Critério Brasil usa o acesso a e o número de bens duráveis, banheiros

na residência, empregada doméstica e nível de instrução do chefe da família para estabelecer se um brasileiro pertence à classe A, B, C, D ou E, através de uma equação de distribuição da renda. Mais do que isso, é importante medir não só o padrão de consumo num ponto do tempo, mas sim a capacidade de manter de fato esse potencial de consumo *ao longo* do tempo.

Entretanto, a forma mais utilizada é a de estabelecimento de limites superior e inferior de renda para uma classe: quem se encontrar dentro desses limites, pertence à determinada classe. Em estudo sobre a classe média mundial, a *Goldman Sachs* utilizou, para limitar a classe média, os valores de R\$ 859,00 e R\$ 4591,00<sup>5</sup> mensais. No caso da adoção de um limite absoluto, para 2009 estabeleceu-se os limites de R\$ 310,00 e R\$ 1096,00 *per capita*.

Para o estudo a seguir, a classe média será definida segundo sua renda, através do estabelecimento de limites superior e inferior. A partir desta definição, a análise será feita considerando a evolução não só do padrão de consumo da classe, mas de toda a sua estrutura de gastos. Dessa maneira, será possível ver se a classe média conseguiu manter, ou até melhorar, ao longo dos dois governos analisados neste trabalho, seu padrão de consumo. Através dessa análise, será possível ver se a busca pela realização dos seus sonhos e de ascensão social procede e se ela de fato ocorreu.

Para estudo desse perfil no governo FHC, e considerando que a pesquisa se dá em número de salários mínimos, para manter o padrão e tornar possível a comparação, a análise da classe média será feita de acordo com os salários mínimos que recebe, que, por sua vez, indicarão os limites superior e inferior da definição. Com isso, a comparação é possível, pois o salário mínimo em 2002 é diferente daquele em 1995. Uma pessoa que recebesse, por mês, em 2002, R\$ 3.000,00 é, em 2002, considerada classe média, enquanto que, em 1995, seria considerada classe B. Sendo assim, a única maneira de comparar é em função dos salários mínimos, tendo em vista as faixas da POF.

Visto isso, ficam definidos cinco níveis para a classe média, que passarão a serem chamados de C1, C2, C3, C4 e C5, de acordo com o número de salários mínimos que a família recebe. Assim, C1 corresponde às famílias que ganhavam entre 5 e 6 salários

---

<sup>5</sup> *The Expanding Middle*, publicado em 2008.

mínimos, C2 entre 6 e 8, C3 entre 8 e 10, C4 entre 10 a 15 e, por fim, C5, que corresponde à faixa situada entre 15 e 20 salários mínimos, e esses valores mudam de acordo com o salário mínimo vigente no ano em questão, conforme quadro a seguir<sup>6</sup>. Vale ressaltar que, como o salário mínimo real varia, houve uma elevação do poder aquisitivo da classe C.

Tabela 5 – Evolução do salário mínimo real (deflacionando pelo INPC)

Ano	Salário mínimo real (R\$)
1994	279,53
1995	279,38
1996	291,41
1997	298,81
1998	310,83
1999	313,70
2000	324,45
2001	353,92
2002	362,95
2003	365,48
2004	379,09
2005	405,48
2006	462,47
2007	490,42
2008	505,51
2009	542,01
2010	570,81

Fonte: IPEADATA – séries históricas

Tabela 6 – Definição dos limites da classe média

		C1	C2	C3	C4	C5
	Em salários mínimos	De 5 a 6	De 6 a 8	De 8 a 10	De 10 a 15	De 15 a 20
1995	Em reais	560 a 672	672 a 896	896 a 1120	1120 a 1680	1680 a 2240
2002	Em reais	1000 a 1200	1200 a 1600	1600 a 2000	2000 a 3000	3000 a 4000

Fonte: IBGE – POF 1995 -1996 e POF 2002-2003  
Elaboração própria

Para que a análise possa ser estendida até o segundo governo do presidente Lula, algumas mudanças serão feitas na base de dados que será usada para fazer a comparação, uma

<sup>6</sup> Valores escolhidos através da definição de Marcelo Neri, 2008, deflacionados.

vez que a POF-2009 possui critérios de faixa de renda diferentes daqueles das duas POFs anteriores. Como a grande vitória do governo Lula foi fazer subirem para a classe média integrantes das classes D e E, os limites, em função dos salários mínimos, também sofreram alteração para a análise desse novo período.

A partir de agora, de maneira a tentar conciliar os dados das duas POFs usadas com o critério de renda estabelecido em 2009 e identificado acima, a classe média foi dividida em dois grupos, que passaram a abranger uma nova faixa de renda, que não podia ser considerada como integrante da classe C no período anterior.

Essa nova escolha de limites foi feita a partir das definições de classe média tais quais consideradas por dois importantes estudiosos: Marcelo Neri e Waldir Quadros. Segundo Neri (2008): “Heuristicamente, os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia. Compreendida entre R\$ 1064 e os R\$ 4561, a preços de hoje na grande São Paulo”. Já Waldir Quadros (2010) usa limites diferentes, que podem ser assim resumidos, segundo a renda auferida pelo membro mais bem pago da família:

Tabela 7 – Separação das classes, segundo Waldir Quadros

<b>Situação</b>	<b>Rendimento do membro mais bem pago da família</b>
Alta Classe média	> 3500
Média Classe média	1750 a 3500
Baixa classe média	750 a 1750

Fonte: Quadros, 2010

A partir destes limites definidos por Marcelo Neri e Waldir Quadros, ficou estabelecido que, para analisar o perfil da classe média, serão utilizados o limite inferior de R\$ 1.245,00 e superior de R\$ 4.150,00, para que o estudo possa ser feito respeitando os limites de rendimento utilizados na POF – 2009. Desta maneira, agora, trabalha-se com dois grupos (C1 e C2), o que resultou nos seguintes limites:

Tabela 8 – Definição dos limites da classe média II

		<b>C1</b>	<b>C2</b>
<b>2009</b>	Em salários mínimos	De 3 a 6	De 6 a 10
	Em reais	1245 a 2490	2490 a 4150

Fonte: IBGE – POF 2008-2009  
Elaboração própria

Uma vez estabelecidos os limites para a classe, é possível começar a traçar o perfil da classe média durante o governo Lula.

## CAPÍTULO III – A CLASSE MÉDIA NO PERÍODO FHC (1995-2002)

### III.1 – A POF 1995-1996

Para que possa ser traçado um perfil da classe média durante os anos do governo FHC, inicialmente é preciso fazer uma análise dos dados antes de seu governo, para ser feita uma avaliação mais precisa do que exatamente mudou no padrão de consumo da classe C durante os anos de seu governo.

De início, tem-se que os dados da POF 1995-1996 são menos abrangentes do que os da mesma pesquisa feita nos anos de 2002-2003, de maneira que a comparação se dará em termos gerais, dentro dos grandes grupos de despesa que são avaliados.

Para começar, cabe separar a pesquisa nos grandes grupos para avaliar como o dispêndio com consumo era gasto em 1995.

Tabela 9 - Padrão de consumo da classe média em 1995-1996 (%)

	C1	C2	C3	C4	C5
Alimentação	30,89	29,62	28,03	24,66	21,50
Habitação	28,27	27,74	27,85	28,58	28,56
Vestuário	6,83	6,82	6,91	7,07	6,85
Transporte	12,35	12,94	12,59	13,68	14,74
Higiene e cuidados pessoais	2,57	2,37	2,19	2,06	1,74
Saúde	7,60	8,14	8,90	8,97	9,78
Educação	2,19	2,53	2,74	3,90	5,18
Recreação e cultura	2,54	2,91	2,91	3,47	3,86
Fumo	2,15	2,15	2,26	1,60	1,56
Serviços pessoais	1,31	1,49	1,70	1,61	1,83
Despesas diversas	3,28	3,31	3,92	4,39	4,42
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – POF 1995-1996

Como era de se esperar, a maior parte dos gastos da classe média correspondiam à alimentação, habitação e transportes. É importante observar que, dentro da própria classe média, existem variações nas despesas com consumo corrente. De início, observa-se que, quanto maior a renda, menores são os gastos com alimentação. Isso é devido, principalmente, ao fato de que, salvo raras exceções, existe um limite para a quantidade de comida que o indivíduo pode ingerir: o fato de ganhar mais não significa que o indivíduo vá fazer mais

refeições ao dia, por exemplo: a diferença entre o limite inferior estabelecido para C1 e o superior estabelecido para C5 indica que o indivíduo de C5 pode ter uma renda até quatro vezes maior que o de C1, o que não quer dizer que ele coma quatro vezes mais: o que se dá é um aumento no consumo de itens mais caros, o que implica gastos maiores, porém que não são suficientes para aumentar o percentual gasto em alimentação.

Já na questão da habitação, é importante acrescentar que este percentual se mantém praticamente estável, e há uma diminuição do percentual da renda gasto com aluguel, já que à medida que a renda aumenta, aumenta também o número de médio-classistas com casa própria. Dentro do grupo habitação, o valor gasto com aluguel cai de 8,7% da renda gasta em consumo em C1 para 7,3% em C5, uma queda de mais de 1 ponto percentual, sendo que não é registrada queda semelhante de gastos com habitação.

Tabela 10 - Gastos da classe média com aluguel em 1995-1996 (%)

	<b>C1</b>	<b>C2</b>	<b>C3</b>	<b>C4</b>	<b>C5</b>
Aluguel	8,17	7,25	7,29	7,34	7,03

Fonte: IBGE – POF 1995-1996

Os valores obtidos com transporte mostram um aumento significativo com gastos nessa categoria quando se observa a classe média no sentido de C1 para C5. Isso é explicado, em sua maior parte, pelo aumento dos gastos com manutenção e combustível de veículos próprios, número que aumenta conforme o aumento da renda e diminui o percentual gasto com transporte público (urbano). Mais à frente, será visto que o valor gasto com transporte urbano para C1 equivale a 8,28%, enquanto que para C5, esse valor é reduzido para 4,98%. Já os gastos com veículo próprio<sup>7</sup> sobem de 2,72% do percentual de consumo para 6,46%, ou seja, mais do que dobra, o que indica uma tendência à troca do transporte urbano pelo próprio conforme a renda aumenta.

Dentre os gastos que aumentam conforme há aumento da renda, estão aqueles com saúde, educação e recreação e cultura. No grupo saúde, destaque para o aumento que se dá nos gastos com plano de saúde e consulta e tratamento dentário. Enquanto que os gastos com plano de saúde aumentam de 1,75% em C1 para 3,66% em C5, o percentual gasto com dentista e tratamento dentário vai de 0,72% em C1 para 1,24% em C5. O aumento observado

<sup>7</sup> Os gastos com veículos próprios representam a soma de gasto com combustível + gasto de manutenção.



nos gastos com educação dentro dos gastos com consumo mostra tendência à busca de educação por parte da classe média.

Com relação à totalidade das despesas (incluindo os gastos que não são para consumo), tem-se a seguinte distribuição da renda:

Tabela 11 – Proporção total dos gastos em 1995-1996 (%)

Origem do gasto	C1	C2	C3	C4	C5
Despesa com consumo	85,27	82,60	80,65	77,70	76,51
Outras despesas correntes	5,44	5,78	6,50	7,22	7,00
Diminuição do passivo pessoal	0,48	1,03	0,96	1,88	1,62
Aumento do ativo	8,81	10,59	11,89	13,20	14,87
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – POF 1995-1996

Os desdobramentos dessa tabela serão vistos na próxima seção, quando for tratada da evolução do perfil da classe média nos anos FHC.

### III.2 – O perfil de consumo da classe média nos anos FHC: comparação da POF 1995-1996 com a POF 2002-2003

A partir dos dados da POF 2002-2003, feita imediatamente após o fim do governo FHC, busca-se, nesse capítulo, traçar um perfil da classe média, tal qual definida anteriormente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, através do estabelecimento do seu padrão de gastos.

Segundo resultado da POF, a estimativa da despesa total média mensal da população brasileira ficou em R\$ 1.778,03, valor que se encontra dentro dos limites estabelecidos para o rendimento da classe média. Após análise dos dados, é possível estabelecer que a classe tida como média - C1, C2, C3, C4 e C5 - possui um padrão de consumo que equivale a, respectivamente, 90,04%, 87,76%, 86,47%, 83,91% e 83,33% de suas despesas correntes. É importante observar que, à medida que a renda aumenta, o percentual gasto com consumo diminui, dentro das despesas correntes. Em comparação com os percentuais de consumo observados na POF 1996, percebe-se que a despesa com consumo aumentou para a classe média, que passou a consumir proporcionalmente mais em 2002 do que o fazia em 1996.

Desses valores, para a classe média, tem-se a seguinte proporção dos gastos com consumo:

Tabela 12 – Padrão de consumo da classe média 2002-2003 (%)

	C1	C2	C3	C4	C5	Média Classe C
Alimentação	25,78	23,82	21,73	19,36	17,41	21,91
Habitação	38,13	36,99	36,23	34,76	32,34	35,93
Vestuário	6,54	6,39	6,33	5,93	5,65	6,20
Transporte	13,09	15,80	16,76	20,37	22,77	17,47
Higiene e cuidados pessoais	2,69	2,48	2,67	2,12	2,12	2,42
Saúde	5,48	5,90	6,45	6,44	6,61	6,14
Educação	1,98	2,25	3,11	4,18	5,26	3,21
Recreação e cultura	1,83	1,94	2,34	2,66	2,97	2,30
Fumo	1,09	0,85	0,77	0,63	0,55	0,79
Serviços pessoais	0,89	0,90	1,01	1,06	1,16	0,99
Despesas diversas	2,50	2,68	2,61	2,50	3,16	2,65
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – POF 2002-2003

Como era de se esperar, a maior parte dos gastos da classe média continua a corresponder às despesas referentes à alimentação, habitação e transportes. De início, observa-se que, quanto maior a renda, menores são os gastos com alimentação, que seguem o mesmo padrão observado em 1995. Porém, os valores percentuais são muito menores em 2002. Já os gastos com habitação também decrescem conforme a renda, quando antes se mantinham praticamente estáveis.

No grupo habitação, vê-se um aumento significativo no percentual médio de gastos entre 1996 e 2002, o que mostra que a classe média, deixou de gastar com alimentação e passou a gastar com habitação. Após análise dos dados, constata-se que o aumento corresponde aos gastos com aluguéis, o que reflete duas coisas: o número de médio-classistas com residência própria não aumentou tanto quanto necessário para influenciar a proporção ou o preço dos aluguéis aumentou muito. Dado as características do período, é possível concluir que ambos os fatores pesaram para esse incremento no percentual gasto com aluguel, que foi de 8,17% em 1995 para 18,57% em 2002 para C1 e aumentou de 7,03% em 1996 para 14,4% em 2002 para C5, conforme indicam as tabelas 7 e 10. A tendência decrescente conforme há aumento do nível de renda se mantém, apesar do percentual gasto aumentar, o que indica que,

quanto maior o rendimento, maior a proporção de médio-classistas com casa própria. Percebe-se aí que a busca pela realização do sonho da casa própria é mais possível conforme a renda aumenta.

Tabela 13 – Evolução dos gastos com aluguel no governo FHC (%)

	C1	C2	C3	C4	C5	Média Classe C
Aluguel	18,57	17,91	17,01	16,12	14,40	16,80

Fonte: IBGE – POF 2002-2003

Os gastos com transportes, que se mantiveram praticamente estáveis em 1995 na classe média (com tendência levemente ascendente) assumem uma tendência definitiva de ascensão em 2002. Dado que dentro do grupo transportes as tendências são parecidas (o incremento nos gastos com veículos próprios aumenta na mesma proporção em que o gasto com transporte urbano diminui para os dois períodos), há, em 2002, a inclusão de uma nova variável, que representava percentuais pouco significativos em 1996: a aquisição de novos veículos. É mais um sonho da classe média que vem sendo buscado: o do carro próprio.

Tabela 14 – Evolução dos gastos com transportes no governo FHC

		C1	C2	C3	C4	C5
<b>1996</b>	Transporte	12,35	12,94	12,59	13,68	14,74
	Urbano	8,28	6,89	6,29	5,32	4,98
	Veículo próprio	2,72	4,48	4,45	6,04	6,46
<b>2002</b>	Transporte	13,09	15,80	16,76	20,37	22,77
	Urbano	4,19	4,00	3,33	3,05	2,33
	Veículo próprio	3,64	5,20	5,92	6,75	7,64
	<b>Aquisição</b>	<b>3,71</b>	<b>4,79</b>	<b>5,51</b>	<b>8,16</b>	<b>9,56</b>

Fonte: IBGE – POF 2002-2003 e POF 1995-1996

Com base na tabela 14, tem-se que, em 2002, o valor gasto com transporte urbano para C1 equivale a 4,19%, enquanto que para C5, esse valor é reduzido para 2,33%. Já os gastos com veículo próprio<sup>8</sup> sobem de 3,64% do percentual de consumo para 7,64%, ou seja, mais do que dobra. Sendo assim, é de se esperar que o gasto mensal com aquisição de veículo também

<sup>8</sup> Os gastos com veículos próprios representam a soma: gasto com combustível (álcool ou gasolina) + gasto de manutenção.

aumente, e é o que acontece: em C1 o percentual é de 3,31, enquanto que, para C5, esse valor é de 9,56%.

Dentre os gastos que aumentam conforme há aumento da renda, estão aqueles com saúde, educação e recreação e cultura, seguindo o mesmo padrão de 1995. Porém, é curioso observar que dois desses percentuais caem de 1995 para 2002: saúde e recreação e cultura. Surpreendentemente, a nova classe média gasta proporcionalmente menos com recreação e cultura e saúde. No grupo saúde, destaque para o aumento que se dá nos gastos com plano de saúde, que notoriamente encareceram ao longo dos anos e passaram a demandar uma parcela maior da renda, além do fato de que, com a decadência da saúde pública, cada vez mais pessoas buscaram o sistema privado de saúde. Ainda relacionado à saúde, uma constatação: a classe média, durante o período do governo FHC, consumiu menos fumo: a proporção do consumo gasta com fumo caiu pela metade para as faixas de renda mais baixas e dois terços para C5.

Tabela 15 – Evolução dos gastos com fumo no governo FHC (%)

	<b>C1</b>	<b>C2</b>	<b>C3</b>	<b>C4</b>	<b>C5</b>
Fumo – 1995	2,15	2,15	2,26	1,60	1,56
Fumo – 2002	1,09	0,85	0,77	0,63	0,55

Fonte: IBGE – POF 2002-2003 e POF 1995-1996

Uma característica importante da classe média é a busca por educação e a crença de que o ensino superior é a chave para o conhecimento e para um futuro melhor. Previsivelmente, os gastos com educação sofrem aumento percentual considerável conforme a renda aumenta, tanto para 1995 quanto para 2002. A não-inclusão de alguns “subprodutos” do grupo educação na pesquisa de 1995 levou a uma distorção na análise, de maneira os gastos com educação evoluíram da seguinte forma:

Tabela 16 – Proporção dos gastos com educação sobre o consumo 1995-1996 (%)

	<b>C1</b>	<b>C2</b>	<b>C3</b>	<b>C4</b>	<b>C5</b>
Educação	2,19	2,53	2,74	3,90	5,18
-Ensinos regular e superior	1,13	1,27	1,40	2,18	3,37
-Cursos	0,38	0,44	0,42	0,82	0,82
-Outras	0,68	0,82	0,92	0,90	0,99

Fonte: IBGE – POF 1995-1996

Tabela 17 – Proporção dos gastos com educação sobre o consumo 2002-2003 (%)

	C1	C2	C3	C4	C5	Média Classe C
Educação	1,98	2,25	3,11	4,18	5,26	3,21
-Ensino regular	0,45	0,59	0,67	1,20	1,41	0,83
-Ensino superior	0,36	0,53	1,00	1,25	2,16	0,97
-Cursos	0,37	0,45	0,68	0,90	0,87	0,64
-Livros didáticos	0,17	0,16	0,16	0,16	0,20	0,17
-Material escolar	0,34	0,30	0,31	0,29	0,27	0,30
-Outras	0,28	0,22	0,29	0,37	0,34	0,30

Fonte: IBGE – POF 2002-2003

É possível observar que, quanto maior faixa de renda da classe média, maior o percentual gasto com educação, e que, apesar de ser crescente dentro da própria classe média, apresenta valores bastante próximos de 1995 para 2002. Destaca-se, dentro dos gastos com educação, o fato de que o percentual gasto com ensino regular mais do que triplica, enquanto que o gasto com ensino superior é quase multiplicado por seis.

Considerando a totalidade das despesas, tem-se que:

Tabela 18 – Gasto total da classe média 2002-2003 (%)

Origem de gasto	C1	C2	C3	C4	C5	Média Classe C
Despesa com consumo	90,04	87,76	86,47	83,91	83,33	86,45
Outras despesas correntes	5,27	6,67	7,99	9,71	10,77	7,91
Diminuição do passivo pessoal	1,34	1,99	1,81	2,26	2,33	1,95
Aumento do ativo	3,35	3,58	3,73	4,11	3,57	3,69
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – POF 2002-2003

Ainda sobre o perfil da classe média, é notável a adoção de padrões de comportamento (principalmente de consumo), que visam uma aproximação das classes mais ricas e, sobretudo a diferenciação das classes mais pobres. Ao definir a classe média e sua estrutura de rendimentos em período anterior ao estudado neste trabalho, Quadros (1985) afirma que:

*Assim, o desenvolvimento capitalista aposta com duas tendências nítidas no que se refere à remuneração da nova classe média<sup>9</sup>. Em primeiro lugar, para uma maior homogeneização de sua estrutura de rendimentos, embora as disparidades permaneçam relevantes. E, em segundo, para uma menor distância em relação aos operários. (p. 11)*

Segundo Sá Earp (2012): “Nesses termos, o consumo é uma forma de se adquirir/reforçar distinção social, através do qual alguém declara sua pertinência a um grupo de referência, entra em um dado padrão de conforto e exorciza a pobreza”. A partir da análise de Quadros em 1985 e a de Sá Earp em 2012, vê-se que o perfil da classe mudou tanto no que diz respeito aos seus rendimentos, quanto no que diz respeito à sua estrutura de gastos. Com isso, é possível afirmar que a classe média segue um perfil próprio, que visa sua separação, em todos os aspectos, das classes D e E, não só no sentido de melhorar sua qualidade de vida, mas também de ser reconhecida como separada dos menos favorecidos e mais próxima das classes A e B, que servem como um espelho que determina a proporção da renda que deve ser gasta com cada grupo e os bens e serviços considerados essenciais. Na realidade, houve uma tentativa de afastamento das classes menos favorecidas e uma aproximação das classes mais altas, que se reflete na estrutura dos gastos da classe média.

Dentro do perfil dessa classe média, um fato é que nem toda a renda auferida pelos seus membros é gasta com consumo, embora esse percentual tenha aumentado durante o governo FHC. Uma parcela crescente da renda é gasta com outras despesas correntes, tais quais impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, previdência privada e com liquidação do chamado passivo pessoal e aumento do ativo<sup>10</sup>. Na diminuição do passivo pessoal estão despesas como pagamentos de empréstimos e carnês, além de prestações de imóveis; e, nos gastos com aumento de ativos, estão a aquisição e a reforma de imóveis (o que implica valorização patrimonial). Ao fazer uma comparação sobre a evolução desses outros gastos, temos os seguintes resultados:

Tabela 19 - Gastos da classe média não destinados ao consumo 1995-1996 (%)

Gasto	C1	C2	C3	C4	C5
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>5,44</b>	<b>5,78</b>	<b>6,50</b>	<b>7,22</b>	<b>7,00</b>
-Impostos	0,04	0,15	0,11	0,54	0,89

<sup>9</sup> Vale lembrar que, quando Waldir Quadros usa a expressão “nova classe média”, ele se refere à classe C existente até 1985, quando seu trabalho foi publicado.

<sup>10</sup> Essa denominação é usada pelo IBGE, na divulgação da POF, para outras despesas, que não aquelas gastas com consumo corrente.

-Contribuições trabalhistas	3,50	3,74	4,21	4,40	4,32
-Outros	1,90	1,89	2,18	2,28	1,79
<b>Diminuição do passivo pessoal</b>	<b>0,48</b>	<b>1,03</b>	<b>0,96</b>	<b>1,89</b>	<b>1,62</b>
-Empréstimos e carnês	0,12	0,21	0,24	0,19	0,37
-Prestação de imóvel	0,36	0,82	0,71	1,70	1,25
<b>Aumento do ativo</b>	<b>8,81</b>	<b>10,59</b>	<b>11,89</b>	<b>13,20</b>	<b>14,87</b>
-Aquisição de imóvel	0,57	0,34	0,66	1,30	1,53
-Reforma de imóvel	5,15	6,20	6,25	4,99	4,53
-Outros investimentos	3,09	4,05	4,98	6,91	8,80
<b>Total</b>	<b>14,73</b>	<b>17,40</b>	<b>19,35</b>	<b>22,31</b>	<b>23,49</b>

Fonte: IBGE – POF 1995-1996

Tabela 20 – Gastos da classe média não destinados ao consumo 2002-2003 (%)

<b>Gasto</b>	<b>C1</b>	<b>C2</b>	<b>C3</b>	<b>C4</b>	<b>C5</b>	<b>Média da classe C</b>
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>5,27</b>	<b>6,67</b>	<b>7,99</b>	<b>9,71</b>	<b>10,77</b>	<b>7,91</b>
-Impostos	1,67	2,17	2,41	3,51	3,90	2,67
-Contribuições trabalhistas	2,02	2,57	3,08	3,18	3,28	2,80
-Previdência privada	0,03	0,02	0,07	0,19	0,10	0,08
-Serviços bancários	0,31	0,47	0,68	0,75	1,05	0,62
-Outros	1,24	1,45	1,75	2,08	2,45	1,74
<b>Diminuição do passivo pessoal</b>	<b>1,34</b>	<b>1,99</b>	<b>1,81</b>	<b>2,26</b>	<b>2,33</b>	<b>1,95</b>
-Empréstimos e carnês	0,72	1,02	1,12	1,19	1,31	1,07
-Prestação de imóvel	0,61	0,98	0,68	1,08	1,02	0,88
<b>Aumento do ativo</b>	<b>3,35</b>	<b>3,58</b>	<b>3,73</b>	<b>4,11</b>	<b>3,57</b>	<b>3,69</b>
-Aquisição de imóvel	1,15	1,01	1,28	1,51	1,57	1,28
-Reforma de imóvel	2,16	2,53	2,41	2,59	1,98	2,38
-Outros investimentos	0,03	0,04	0,04	0,02	0,01	0,03
<b>Total</b>	<b>9,96</b>	<b>12,24</b>	<b>13,53</b>	<b>16,09</b>	<b>16,67</b>	<b>13,70</b>

Fonte: IBGE – POF 2002-2003

A partir da análise desses dados, é possível constatar que, durante os anos FHC, a classe média consumiu mais, à medida que a proporção dos gastos com consumo aumentou

consideravelmente, para todas as faixas de renda. Outro dado relevante é o fato de que, durante esse período, a classe média buscou pagar suas dívidas, o que é representado pelo aumento observado nos percentuais destinados à diminuição do passivo pessoal. Dentro desta categoria de despesas, os gastos com empréstimos e carnês aumentaram. Contraditoriamente, os gastos destinados à prestação do imóvel próprio decaíram, o que mostra que o sonho da casa própria se tornou mais distante no período, principalmente para as faixas mais altas de renda (C3, C4 e C5).

Já na categoria aumento do ativo, o resultado é de diminuição do percentual gasto, que cai mais da metade. É fato que a classe média, ao gastar maior parte de seus rendimentos com consumo, deixa de gastar para ampliar seu patrimônio, de maneira que o percentual gasto com outros investimentos é drasticamente reduzido.

Já para outras despesas correntes, o que se observa é que há um aumento no percentual destinado a elas, principalmente para as faixas de renda mais altas. Esse aumento corresponde, majoritariamente, aos recursos destinados aos impostos e aos serviços bancários, que sabidamente aumentaram muito durante o período em análise (1995-2002). Houve também uma queda no percentual gasto com contribuições trabalhistas, que foram substituídos pela busca de previdência privada e gastos com serviços bancários.

### **III.3 – Evolução do perfil e crescimento da classe média e sua relação com as políticas da época**

A partir do estudo feito das principais medidas adotadas nos mandatos do então presidente Fernando Henrique Cardoso, é possível fazer uma análise das taxas de crescimento da considerada classe média com as medidas econômicas de seu governo.

Em primeiro lugar, é importante observar que, na análise distributiva da renda, lida-se com gráfico estilo *pizza*, que equivale a 100% da renda, e os pedaços são a parcela destinada a cada classe em particular. Com isso, é possível constatar que, para um grupo ganhar, outro tem, necessariamente, que perder.

Apesar da não prioridade do governo na questão social e na melhoria da qualidade de vida da população, o fato foi que a classe média cresceu durante os anos FHC. A classe C foi



de 36,52% da população do Brasil em 1995 para 37,39% em 1998<sup>11</sup>, e daí para 40,25%<sup>12</sup> em 2002, registrando um crescimento em um ritmo recorde de 2,5% ao ano, encerrando 2002 composta por 70.836.312 habitantes.

Se considerarmos o contexto econômico do Brasil nos anos em questão, é possível observar que o crescimento foi muito maior durante os anos do primeiro mandato do governo FHC do que no segundo. Para compreender o porquê disso, é preciso observar a evolução de algumas variáveis.

Tabela 21 – Evolução da taxa básica de juros no governo FCH

Ano	SELIC (% a.a.)
1996	24,40
1997	25,40
1998	23,84
1999	24,23
2000	17,71
2001	17,35
2002	20,73

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 22 – Evolução do salário mínimo nominal no governo FHC

Vigência	Valor	Aumento %
01/09/1994	R\$ 70,00	
01/05/1995	R\$ 100,00	43
01/05/1996	R\$ 112,00	12
01/05/1997	R\$ 120,00	7
01/05/1998	R\$ 130,00	8
01/05/1999	R\$ 136,00	5
03/04/2000	R\$ 151,00	11
01/04/2001	R\$ 180,00	19
01/04/2002	R\$ 200,00	11

Fonte: Ipeadata – séries históricas

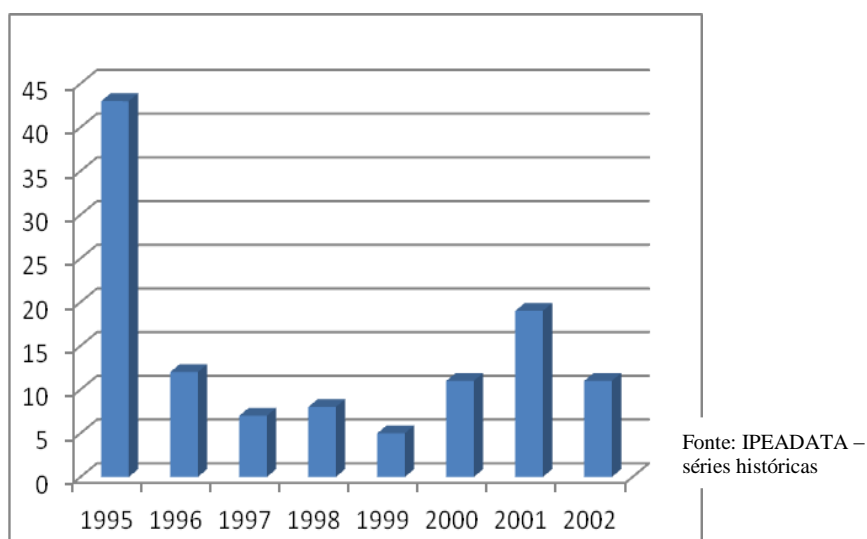
<sup>11</sup> Segundo Marcelo Neri, 2008

<sup>12</sup> Segundo IBGE – POF 2002.

Após analisar os dados da evolução dos juros nos anos FHC, vê-se que as taxas foram muito menores nos anos do primeiro mandato, em comparação com o segundo. Isso acaba por incentivar o consumo das classes, à medida que serve como um incentivo ao crédito, influenciando diretamente o perfil da classe média, aquela localizada no limite entre a obrigação do consumo presente e a possibilidade de alocação de uma parcela da renda para consumo futuro, no que tange ao seu padrão de consumo e à busca de adoção de um padrão cada vez mais próximo das classes mais ricas. Uma característica importante da classe média de então era o dispêndio de aproximadamente 90% da renda em consumo e, principalmente, no consumo dos bens e serviços considerados essenciais: alimentação, habitação, transporte, saúde e educação, sempre buscando uma aproximação com as classes A e B. Porém, os gastos altos mostram, além da desconfiança da economia no possível retorno da inflação, que não sobrava dinheiro para outras coisas.

Além da taxa de juros, a evolução do salário mínimo é uma variável importante: de 1995 até 2002 o salário mínimo teve aumento de exatamente 100%, dobrando de valor. Os aumentos percentuais foram menores no primeiro mandato (quando seguiram trajetória decrescente) e se recuperaram durante o segundo mandato (quando recuperaram o viés ascendente), com a exceção da variação 2001-2002, anos em que o país se viu fortemente influenciado pela crise energia.

Gráfico 2 – Evolução do salário mínimo nominal no governo FHC (%)



Em suma, pode-se dizer que, no governo Fernando Henrique, a classe média passou a consumir mais, em detrimento de outras despesas, principalmente em detrimento do aumento do seu ativo. Há, com isso, uma troca da possibilidade de consumo futuro pelo consumo presente. Dentro dos gastos com consumo, o padrão do período mostra despesas crescentes com transporte, principalmente no que diz respeito à aquisição de veículo próprio e aos gastos referentes a ele (combustível e manutenção), em detrimento dos gastos com alimentação. No quesito habitação, grande destaque para o aumento das despesas com aluguel.

No período, a classe média gastou menos com recreação e cultura e saúde. Dentro do grupo saúde, o aumento percentual dos gastos com planos de saúde merece destaque, o que talvez ajude a explicar a queda nas outras despesas, como consultas médicas e cirurgias, que passaram para gastos mensais com o plano de saúde. Ainda no período, uma constatação: a classe média gastou menos com fumo.

Nas despesas, o perfil de consumo de bens e serviços referentes à educação se manteve estável. O ideal seria que esse percentual tivesse aumentado e a classe C passasse a gastar mais com educação, mas pelo menos ele não decaiu, o que mostra que a classe média continua buscando instruir-se da mesma maneira.

A busca pelo pagamento de suas dívidas cresceu, porém a despesa destinada à aquisição de imóveis não acompanhou a tendência, adiando um pouco mais o sonho da casa própria, na medida em que a classe média (e cabe aqui dizer, todo o resto do país) paga mais impostos, graças à política fiscal restritiva adotada, como visto no capítulo I.

A queda da inflação observada pós-Plano Real e seu posterior arrefecimento contribuíram para o aumento do gasto com consumo, na medida em que os bens e serviços se tornavam mais caros e o medo de nova alta inflacionária levavam as pessoas a gastarem logo o que ganhassem. Imediatamente após o Plano Real, com a inflação estabilizada, o gasto com consumo era menor, e o percentual destinado a aumento do ativo era bem maior. A estrutura pôde ser mantida aproximadamente até 1999, enquanto o câmbio era mantido artificialmente sobrevalorizado. Aos poucos, a situação se tornava insustentável: o câmbio passou a flutuar e os juros foram drasticamente aumentados para evitar a volta da inflação. As medidas tiveram relativo sucesso, já que a inflação tornou a aumentar, porém sem sair totalmente de controle. Quando a inflação voltou a atingir patamares elevados (chegando aos dois dígitos em 2002, vide tabela 3), observa-se que a tendência de consumo se inverteu.

A evolução dessas variáveis e da classe média está diretamente ligada à estabilização alcançada com o Plano Real. Com a moeda estabilizada, a economia podia ser mais bem programada, além do benefício direto que isso teve sobre a classe média, que não mais precisava correr aos mercados e podia manter seu padrão de consumo ao longo do mês, visto que a moeda mantinha seu poder de compra. Assim, a grande responsável pelo aumento expressivo da classe média no governo FHC foi o aumento da renda e o crescimento do país, juntamente com a estabilização de preços. Independente de suas prioridades, a grande questão é que, ao final de seu mandato, a classe média alcançava aproximadamente 40% da população brasileira, representada por quase setenta e um milhões de habitantes<sup>13</sup>.

Tabela 23 – Total da classe média no governo FHC

	<b>C1</b>	<b>C2</b>	<b>C3</b>	<b>C4</b>	<b>C5</b>	<b>Total Classe C</b>
População	13.162.825	18.922.312	12.391.570	17.371.358	8.988.245	70.836.312
%	7,48	10,75	7,04	9,87	5,11	40

Fonte: IBGE – POF 2002-2003

<sup>13</sup> Segundo dados da POF 2002-2003 e de estimativa total da população em 2002 feita a partir do Censo de 2000.

## CAPÍTULO IV – A CLASSE MÉDIA NO PERÍODO LULA (2003-2010)

### IV.1 – O perfil de consumo da classe média nos anos LULA: comparação da POF 2002-2003 com a POF 2008-2009

Uma vez estabelecidos os limites para a classe no capítulo II, é possível começar a traçar o perfil da classe média durante o governo Lula. Com relação ao padrão de consumo, este evoluiu da seguinte maneira:

Tabela 24 – Padrão de consumo da classe média 2008-2009 (%)

	<b>C1</b>	<b>C2</b>	<b>Média Classe C</b>
Alimentação	23,59	19,81	<b>22,28</b>
Habitação	37,53	35,87	<b>36,96</b>
Vestuário	6,02	5,89	<b>5,97</b>
Transporte	15,43	19,67	<b>16,90</b>
Higiene e cuidados pessoais	2,92	2,52	<b>2,78</b>
Saúde	6,84	7,03	<b>6,91</b>
Educação	1,81	2,83	<b>2,16</b>
Recreação e cultura	1,73	1,95	<b>1,81</b>
Fumo	0,77	0,55	<b>0,69</b>
Serviços pessoais	1,08	1,16	<b>1,11</b>
Despesas diversas	2,28	2,72	<b>2,43</b>
Total	100,00	100,00	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE – POF 2008-2009

Em comparação com a tabela 9, é possível observar que houve, durante os anos do governo Lula, uma aumento dos percentuais de consumo gastos com alimentação e com habitação. O aumento em alimentação manteve sua tendência decrescente conforme há aumento da renda, enquanto que os gastos com habitação seguem, dentro da própria classe média, tendência contrária. Ao mesmo tempo, é notória a queda do percentual de consumo destinado a vestuário e transportes, assim como ocorreu com a classe média nos anos FHC: a classe média gasta menos com transporte e vestuário em troca de maiores gastos com alimentação e habitação.

Mantendo a tendência do período anterior, houve aumento dos gastos com habitação. Mais uma vez, os gastos com aluguel continuaram a pesar no bolso da classe C. Entretanto,

como os gastos com habitação subiram muito mais do que os com aluguel, é de se esperar que algum outro gasto dentro do grupo habitação tenha aumentado, e esse aumento pode ser observado nos gastos com a casa própria, tais quais: manutenção, taxas e, principalmente, condomínio, que passou a corresponder a cerca de 0,52% do total dos gastos em consumo da classe média<sup>14</sup>. Ainda no grupo habitação, destaque para o incremento nos gastos com serviços e taxas, dentre os quais destacam-se aqueles com TV, telefone e internet, que juntos somam 3,34% dos gastos com habitação da classe média.

Tabela 25 – Evolução dos gastos com aluguel no governo Lula (%)

	C1	C2	C3	C4	C5	Média Classe C
Aluguel – 2002	18,57	17,91	17,01	16,12	14,40	<b>16,99</b>
Aluguel – 2009	17,60	15,92				<b>17,01</b>

Fonte: IBGE – POF 2002-2003 e POF 2008-2009

No grupo transportes, a queda dos gastos é notória: além do aumento do percentual gasto à medida que aumenta a renda, é notória a queda do percentual gasto, que foi de quase 17,47 para 16,90% na média da classe. Dentro dos transportes, o gasto com transporte urbano aumentou, enquanto diminuíram os gastos com veículo próprio. Entretanto, o que mais surpreendeu na queda do percentual gasto com transportes não foram os gastos com manutenção e combustível (gastos com veículo próprio), e sim a aquisição de novos veículos, cujos gastos caíram de 6,15 para 5,99% o que mostra que a classe média abriu mão do investimento na compra do carro próprio, conforme dados da tabela 26.

Tabela 26 – Evolução dos gastos com transportes no governo Lula (%)

		C1	C2	C3	C4	C5	Média Classe C
<b>2002</b>	Urbano	4,19	4,00	3,33	3,05	2,33	<b>3,47</b>
	Veículo próprio	3,64	5,20	5,92	6,75	7,64	<b>5,72</b>
	Aquisição	3,71	4,79	5,51	8,16	9,56	<b>6,15</b>
<b>2009</b>	Urbano	3,93	3,16				<b>3,67</b>
	Veículo próprio	4,97	6,77				<b>5,59</b>
	Aquisição	5,07	7,72				<b>5,99</b>

Fonte: IBGE – POF 2002-2003 e POF 2008-2009

<sup>14</sup> Os gastos com condomínio não fizeram parte da POF-2002.

Com relação aos gastos com saúde e educação, a tendência observada no período anterior se manteve: os gastos são crescentes conforme a renda aumenta. Ao contrário do período anterior, os gastos com educação caíram significativamente, invertendo a tendência de alta (mesmo que percentualmente pequena) observada nos anos FHC. Dessa vez, a queda do percentual gasto com educação indica que a classe C deixou de buscar esse serviço. Os gastos com educação ficaram conforme tabela 27 abaixo.

Tabela 27 – Evolução dos gastos com educação no governo Lula (%)

		C1	C2	C3	C4	C5	Média Classe C
<b>2002</b>	Educação	1,98	2,25	3,11	4,18	5,26	<b>3,21</b>
	-Ensino regular + Superior	0,81	1,12	1,67	2,45	3,57	<b>1,80</b>
	.Regular	0,45	0,59	0,67	1,20	1,41	<b>0,83</b>
	.Superior	0,36	0,53	1,00	1,25	2,16	<b>0,97</b>
	-Cursos	0,37	0,45	0,68	0,90	0,87	<b>0,64</b>
	-Livros didáticos	0,17	0,16	0,16	0,16	0,20	<b>0,17</b>
	-Material escolar	0,34	0,30	0,31	0,29	0,27	<b>0,30</b>
	-Outros	0,28	0,22	0,29	0,37	0,34	<b>0,30</b>
<b>2009</b>	Educação	1,81	2,83				<b>2,16</b>
	-Ensino regular + Superior	0,87	1,58				<b>1,12</b>
	.Regular	0,37	0,53				<b>0,42</b>
	.Superior	0,50	1,04				<b>0,70</b>
	-Cursos	0,41	0,67				<b>0,50</b>
	-Livros didáticos	0,09	0,13				<b>0,10</b>
	-Material escolar	0,30	0,26				<b>0,29</b>
	-Outros	0,14	0,20				<b>0,15</b>

Fonte: IBGE – POF 2002-2003 e POF 2008-2009

Como é possível observar, surpreendentemente, houve uma queda no gastos com ensinos regular e superior, assim como nos outros cursos. Os gastos com livros didáticos também decresceram, o que evidencia claramente a queda dos gastos e do investimento em educação.

Já com relação aos gastos com saúde, ao contrário do período passado, durante o governo Lula esses gastos aumentaram para todas as faixas de renda, mantendo incremento semelhante quando considerada a média da classe, além da trajetória crescente conforme aumento da renda dentro da classe. A grande questão aqui é tentar compreender o que aumentou dentro do grupo saúde. Após análise dos dados, ficou claro que os gastos que

implicaram esse aumento significativo foram os com remédios (cujo aumento foi de mais de 1 ponto percentual), já que o percentual gasto com plano de saúde sofreu aumento percentualmente pequeno, bem como os outros gastos do grupo. Esse aumento, mesmo que pequeno, reflete a manutenção da tendência de comportamento observada no período anterior, de troca do serviço público de saúde pelo serviço privado.

Tabela 28 – Evolução dos gastos com saúde no governo Lula (%)

		C1	C2	C3	C4	C5	Média Classe C
<b>2002</b>	Saúde	5,48	5,90	6,45	6,44	6,61	<b>6,14</b>
	-Remédios	3,05	2,97	2,91	2,57	2,34	<b>2,80</b>
	-Plano/seguro-saúde	0,88	1,15	1,61	1,86	2,41	<b>1,51</b>
	-Dentista	0,33	0,56	0,71	0,77	0,67	<b>0,61</b>
	-Consulta médica	0,33	0,42	0,37	0,38	0,37	<b>0,38</b>
	-Tratamento médico e ambulatorial	0,04	0,07	0,03	0,05	0,08	<b>0,05</b>
	-Serviços de cirurgia	0,11	0,11	0,13	0,11	0,11	<b>0,11</b>
	-Hospitalização	0,07	0,04	0,05	0,08	0,09	<b>0,06</b>
	-Exames diversos	0,26	0,26	0,22	0,19	0,18	<b>0,22</b>
	-Material de tratamento	0,35	0,26	0,31	0,36	0,30	<b>0,32</b>
	-Outras	0,06	0,06	0,11	0,07	0,06	<b>0,08</b>
<b>2009</b>	Saúde	6,84	7,03				<b>6,91</b>
	-Remédios	4,23	3,43				<b>3,95</b>
	-Plano/seguro-saúde	1,22	2,20				<b>1,57</b>
	-Dentista	0,24	0,32				<b>0,27</b>
	-Consulta médica	0,32	0,30				<b>0,31</b>
	-Tratamento médico e ambulatorial	0,03	0,04				<b>0,03</b>
	-Serviços de cirurgia	0,11	0,15				<b>0,13</b>
	-Hospitalização	0,04	0,06				<b>0,05</b>
	-Exames diversos	0,29	0,21				<b>0,26</b>
	-Material de tratamento	0,31	0,25				<b>0,29</b>
	-Outras	0,06	0,07				<b>0,06</b>

Fonte: IBGE – POF 2002-2003 e POF 2008-2009

Com relação à saúde, mais uma queda importante: a dos gastos com fumo. Em média, a classe média continua reduzindo o consumo de fumo.



Tabela 29 – Evolução dos gastos com fumo no governo Lula (%)

	C1	C2	C3	C4	C5	Média Classe C
Fumo – 2002	1,09	0,85	0,77	0,63	0,55	<b>0,79</b>
Fumo – 2009	0,77	0,55				<b>0,69</b>

Fonte: IBGE – POF 2002-2003 e POF 2008-2009

Dentre os gastos que aumentaram, estão os com higiene e cuidados pessoais e os de serviços pessoais. A diferença em relação ao período anterior é que, para 2003-2009, os gastos com serviços pessoais apresentaram aumento, enquanto que nos anos do governo FHC haviam apresentado queda: a nova classe média gasta mais consigo mesma: é possível constatar aumentos nos grupos de manicures e cabeleireiros. Uma vez que esses serviços não são tão caros, de maneira que não influenciam tanto, esse aumento deve ser considerado, não devendo ser subavaliado. Ele indica que a classe média passou a gastar mais se arrumando, o que mostra a tendência de reprodução dos hábitos de consumo das classes mais favorecidas, além de que mostra um alívio no bolso do médio-classista, afinal, se uma parte maior é gasta com serviços pessoais, é porque sobra um pouco mais para o indivíduo cuidar de si, após os gastos considerados essenciais, afinal, ninguém passa fome para poder ir ao salão de beleza.

O contrário pode ser visto no grupo recreação e cultura, que, apresenta tendência decrescente. É claro que parte da tendência decrescente se deve à popularização da internet, que diminui os gastos necessários com livros e cinema, entre outros.

No que diz respeito à sua estrutura total de gastos, têm-se:

Tabela 30 – Evolução dos gastos da classe média no governo Lula (%)

		C1	C2	C3	C4	C5	Média Classe C
<b>2002</b>	<b>Despesa consumo</b>	90,04	87,76	86,47	83,91	83,33	<b>86,45</b>
	<b>Outras despesas correntes</b>	<b>5,27</b>	<b>6,67</b>	<b>7,99</b>	<b>9,71</b>	<b>10,77</b>	<b>7,91</b>
	-Impostos	1,67	2,17	2,41	3,51	3,90	<b>2,67</b>
	-Contribuições trabalhistas	2,02	2,57	3,08	3,18	3,28	<b>2,80</b>
	-Previdência privada	0,03	0,02	0,07	0,19	0,10	<b>0,08</b>
	-Serviços bancários	0,31	0,47	0,68	0,75	1,05	<b>0,62</b>
	-Outras	1,24	1,45	1,75	2,08	2,45	<b>1,74</b>

	<b>Diminuição do passivo pessoal</b>	<b>1,34</b>	<b>1,99</b>	<b>1,81</b>	<b>2,26</b>	<b>2,33</b>	<b>1,95</b>
	-Empréstimo e carnê	0,72	1,02	1,12	1,19	1,31	<b>1,07</b>
	-Prestação de imóvel	0,61	0,98	0,68	1,08	1,02	<b>0,88</b>
	<b>Aumento do ativo</b>	<b>3,35</b>	<b>3,58</b>	<b>3,73</b>	<b>4,11</b>	<b>3,57</b>	<b>3,69</b>
	-Imóvel aquisição	1,15	1,01	1,28	1,51	1,57	<b>1,28</b>
	-Imóvel reforma	2,16	2,53	2,41	2,59	1,98	<b>2,38</b>
	-Outros investimentos	0,03	0,04	0,04	0,02	0,01	<b>0,03</b>
<b>2009</b>	<b>Despesa consumo</b>	88,68	84,20				<b>87,13</b>
	<b>Outras despesas correntes</b>	6,36	8,67				<b>7,16</b>
	-Impostos	2,08	2,99				<b>2,39</b>
	-Contribuições trabalhistas	2,34	3,13				<b>2,61</b>
	-Previdência privada	0,04	0,10				<b>0,06</b>
	-Serviços bancários	0,32	0,46				<b>0,37</b>
	-Outras	1,60	1,9				<b>1,58</b>
	<b>Diminuição do passivo pessoal</b>	1,78	2,28				<b>1,95</b>
	-Empréstimo e carnê	1,24	1,48				<b>1,32</b>
	-Prestação de imóvel	0,54	0,80				<b>0,63</b>
	<b>Aumento do ativo</b>	3,17	4,86				<b>3,75</b>
	-Imóvel aquisição	1,40	2,76				<b>1,87</b>
	-Imóvel reforma	1,77	2,09				<b>1,88</b>
	-Outros investimentos	0,00	0,01				<b>0,00</b>

Fonte: IBGE – POF 2002-2003 e POF 2008-2009

De 2002 até 2009, a classe média voltou a consumir uma parcela maior de sua renda. O *boom* do consumo observado nos últimos anos se reflete aí. Mesmo assim, não houve uma manutenção da tendência do período anterior de aumento do percentual da renda gasto com despesas de consumo corrente (pode ser visto pelo aumento observado para todas as classes na comparação 1995-2002). A partir dos dados da tabela 30, constata-se que todos os gastos que não são consumo aumentaram percentualmente, em função da queda das despesas correntes.

Com relação aos gastos que não são destinados ao consumo, têm-se uma queda no percentual gasto com as despesas correntes, na medida em todos os quesitos avaliados nesse grupo não tiveram aumento. Ao contrário do período anterior, o percentual gasto com contribuições trabalhistas não subiu, bem como os gastos com os impostos, surpreendentemente. Isso mostra um peso menor dos descontos em folha e impostos no bolso do trabalhador médio-classista. Chama a atenção o fato de que os gastos com serviços

bancários não aumentaram no período, e a queda, mesmo que modesta, dos gastos com previdência privada: a classe média não abriu mão do seu “pé-de-meia”, mas gasta menos com ele. Surpreendentemente, dentro das outras despesas correntes, as pensões e doações marcam 1,10% dos gastos totais da classe média.

Já no que diz respeito aos gastos que visam diminuir o passivo pessoal, a tendência observada no período anterior (de aumento) não se manteve: o percentual ficou estável, embora a análise detalhada dos dados mostre que a classe C continua buscando pagar suas dívidas, já que houve um aumento significativo dos gastos com quitação de empréstimos e pagamentos de carnês, mas não com pagamento da prestação de imóvel. Entretanto, o fato da classe média ter buscado pagar suas dívidas não foi, necessariamente, um dado positivo, já que, possivelmente, esses dados refletem um aumento do endividamento, fruto do acesso mais fácil ao crédito que marcou o período.

Invertendo a tendência do período anterior, os gastos com aumento do ativo cresceram percentualmente para a classe média durante o governo Lula, uma vez que no período 1995-2002 haviam apresentado queda. Destaque para a queda observada nos gastos com a reforma do imóvel e com outros investimentos, que atingem, pela primeira vez, percentual inferior a 0,00%, o que evidencia a tendência da classe C de não buscar esse tipo de investimento. Entretanto, contrariando o fato de que caiu o percentual gasto com prestação de imóvel, aumentou consideravelmente o percentual gasto com aquisição de imóvel, o que mostra que o sonho da casa própria está cada vez mais próximo.

#### **IV.2 – Evolução do perfil e crescimento da classe média e sua relação com as políticas da época**

Ao final do governo Lula<sup>15</sup>, a classe média correspondia a mais de 46% da população brasileira, totalizando quase 90 milhões de habitantes, quando em 2002 correspondia a cerca de 40% da população, somando quase 71 milhões de brasileiros. No início de seu primeiro mandato, o percentual correspondente à classe média era de 40% da população. Já ao final de seu segundo mandato, o valor era de 46,09%.

---

<sup>15</sup> Antes até, se considerarmos que a pesquisa foi publicada em 2009 e o mandato do ex-presidente Lula foi até dezembro de 2010.

Nesse período, a população brasileira total aumentou em cerca de 8,2%, passando de 175.950.801 de habitantes para os 190.397.139 existentes em 2009. Neste mesmo período, a classe média aumentou de 70.836.312 habitantes para 87.771.895, passando a corresponder a mais de 46% do total da população do Brasil. Ou seja: enquanto a população total cresceu 8,2% de 2003 a 2009, a classe média cresceu aproximadamente 24%, tendo um crescimento médio quase 4% ao ano ao longo do governo Lula. É impossível compreender esse aumento sem analisar as características do período.

Ao contrário do governo anterior, nos anos Lula o crescimento foi maior no segundo mandato. Isso ocorreu, principalmente, pelo fato de que foi no segundo mandato que Lula conseguiu implementar no país a política social que prometera de maneira efetiva, com credibilidade e sem desconfiança.

Tabela 31 – Evolução da taxa básica de juros no governo Lula

Ano	SELIC (% a.a.)
2003	23,68
2004	16,44
2005	19,15
2006	15,09
2007	11,94
2008	12,43
2009	10,25
2010	10,03

Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 32 – Evolução do salário mínimo nominal no governo Lula

Vigência	Valor	Aumento %
01/04/2002	R\$ 200,00	
01/04/2003	R\$ 240,00	20,0
01/05/2004	R\$ 260,00	8,3
01/05/2005	R\$ 300,00	15,4
01/04/2006	R\$ 350,00	16,7
01/04/2007	R\$ 380,00	8,6
01/03/2008	R\$ 415,00	9,2
01/02/2009	R\$ 465,00	12,0
01/01/2010	R\$ 510,00	9,7

Ipeadata – séries históricas

Um dado importante, que colaborou para o aumento da classe média e manutenção do seu poder de compra foi o fato de que os aumentos do salário mínimo sempre foram maiores que os observados da inflação oficial. A estratégia de crescimento puxado pela demanda interna adotada no período deu certo: ao dar mais renda à população, o país crescia mais, e a classe média, centro dessa distribuição, também. Ao identificar a concentração da riqueza e da renda como o principal entrave ao crescimento brasileiro, a busca pela solução fez o país e a classe C crescerem. O PAC, apesar de suas dificuldades e problemas de implementação, gerou empregos e aumentou não só a renda do país, mas principalmente a renda da população, colaborando de maneira positiva para uma melhor distribuição da riqueza. A política que visava manter girando o ciclo virtuoso gerado por investimentos, inovação, aumento da produtividade, distribuição dos ganhos de produtividade aos trabalhadores, aumento da massa salarial, ganhos de escala e novos investimentos deu resultados, e fez os brasileiros subirem de classe, colaborando, de forma principal, para o aumento da classe C no período.

Porém, ao contrário do observado no governo FHC, após a avaliação dos governos feita no capítulo I, vê-se que, dessa vez, o aumento da classe média se deu não por causa do crescimento da *pizza*, mas pelo aumento da fatia destinada à classe média. Ainda trabalhando em cima da metáfora de Marcelo Neri, isso não significa que a *pizza* não tenha crescido no período, mas que esse crescimento não foi o responsável pelo crescimento da classe média, e sim a redistribuição de renda.

As políticas sociais que marcaram o governo possibilitaram a ascensão para a classe C de indivíduos antes pertencentes às classes D e E, e para as classes A e B de quem antes era integrante da classe C. Ao fazer um balanço do período, Neri (2008) afirma:

*Se um historiador do futuro fosse nomear as principais mudanças ocorridas na sociedade brasileira na primeira década do terceiro milênio, poderia chama-la de década da redução da desigualdade de renda, ou da equalização de resultados. Da mesma forma que a de 90 foi a da conquista da estabilidade e a de 80, a da redemocratização. (p.4)*

Em suma, no período, a classe média buscou, de certa maneira, manter seu padrão de consumo e torná-lo mais semelhante aos das classes A e B. No período, foi observado um aumento no percentual da renda destinado ao consumo. Trata-se de uma classe média que busca gastar mais com alimentação e habitação, que luta para realizar o sonho da casa própria e que continua a investir na aquisição de veículos, na tentativa do tão sonhado carro próprio. Mais uma vez, é possível observar que há uma tendência de troca entre o uso do transporte

urbano e o próprio. A alta da inflação dos alimentos tem aqui papel crucial, já que obriga o trabalhador a gastar mais para obter uma mesma quantidade de alimentos.

Na nova classe média, uma surpresa: caiu, se comparado com o governo anterior, o percentual dos gastos destinado à educação em todos os níveis. Uma possível explicação para isso pode ser a implementação efetiva de vários programas sociais na área educacional, tais quais o Bolsa Escola e o ProUni, todos parte do Plano de Desenvolvimento da Educação que possibilitaram o acesso à escola e à universidade sem a necessidade de gastos. A queda do gasto com livros didáticos pode ser explicada pelas políticas de distribuição de livros nas escolas pelo MEC. Mas, mesmo considerando todas as possíveis explicações para este fenômeno, a queda do percentual gasto em educação nunca pode ser considerada um bom indicativo.

A queda nos gastos com educação veio acompanhada por um aumento no percentual gasto com saúde, principalmente com aquisição de remédios. O aumento do percentual gasto com planos de saúde mantém a tendência de troca do serviço público de saúde pelo privado, já que os gastos com saúde pública vêm sendo cada vez menores. Em nenhum momento, durante seu governo, Lula priorizou a melhoria das condições de saúde da população no que tange à construção de novos hospitais e incremento dos investimentos nos já existentes.

Mais uma vez, a recreação e a cultura foram deixadas de lado, na medida em que se popularizava o acesso à internet, filmes e livros. O aumento com higiene e cuidados pessoais e com serviços pessoais mostra que sobrou um pouco mais para a classe média cuidar de si, o que é um bom indicador, já que indica que a classe conseguiu suprir suas necessidades e foi possível gastar mais com serviços supérfluos. É possível ver, no aumento do percentual destinado a esses gastos, a tentativa de aproximação do padrão de vida e consumo das classes mais favorecidas.

Surpreendentemente, a classe C gastou menos com serviços bancários, bem como deixou de investir na previdência privada. Mantendo a tendência de queda, ela foi notória nas contribuições trabalhistas e impostos, que passaram a pesar menos no bolso do trabalhador médio-classista. O aumento no percentual gasto com consumo implicou queda dos percentuais voltados a essas despesas correntes. Viu-se também que a classe média manteve sua tendência de diminuição do passivo pessoal e aumentou o percentual destinado ao aumento do ativo.

Na busca por aumentar seu patrimônio, a classe média deixou de gastar com outros investimentos e passou a gastar mais na aquisição de imóveis, buscando a compra da tão sonhada casa própria, facilitada pelos muitos programas voltados a esse fim durante o governo Lula. Já a queda constante nos juros colaborou para o aumento do endividamento, como observado pela quantidade de médio-classistas que gastaram para pagar suas dívidas e diminuir seu passivo pessoal. O incremento considerável no gasto com quitação de empréstimos e carnês mostra isso e pode ser observado sob dois pontos-de-vista: por um lado é um aspecto positivo, já que a classe está buscando pagar suas dívidas. Por outro lado, é um indicador negativo, já que se existe mais dívidas para pagar é porque a classe pegou mais dinheiro emprestado, o que indica que a classe média encontrava-se mais endividada.

## CONCLUSÃO

Ao analisarmos a classe média como um todo, respeitando os limites de corte aqui estabelecidos, é possível compreender um pouco mais do perfil da classe, que vem conseguindo manter seu padrão de gastos desde a estabilização alcançada com o Plano Real.

Ao longo dos anos, durante os dois governos que marcaram o período, algumas tendências foram mantidas, enquanto outras foram invertidas no meio do caminho. Primeiramente, é possível observar que o padrão da classe se diversificou, já que cresceram os gastos com itens de consumo considerados supérfluos, identificados no grupo serviços pessoais, tais quais cabeleireiros, manicures, e outros gastos com estética. Já os gastos com higiene e cuidados pessoais mantiveram, no governo Lula, a tendência ascendente observada nos anos FHC.

Com relação às despesas com alimentação, elas cresceram durante o governo Lula, após terem decaído no governo FHC, de modo que a classe média passou a se alimentar mais e, de certa maneira, melhor. Em uma tentativa de aproximação do perfil não só de consumo, mas de vida, das classes mais favorecidas, a classe média também passou a comer mais fora de casa, tendo gastos crescentes com restaurantes e cafés. É claro que este aumento também é influenciado pela inflação dos alimentos.

Já os gastos com habitação cresceram nos dois governos, apresentando crescimento notório durante o governo FHC, sendo muito maior até 2002 do que foi de 2002 até 2009. A classe média investiu cada vez mais em habitação, e, principalmente, no conforto do lar. Gastos com TV, internet e telefone marcaram o consumo da classe média ao longo do período estudado, e tiveram aumento fundamental no governo Lula.

Com relação aos gastos com vestuário, eles passaram a corresponder a uma parcela cada vez menor da renda do médio-classista, de modo que a tendência de queda observada no governo FHC se manteve durante os anos Lula.

Com relação aos gastos com transportes, houve um aumento no percentual gasto ao longo do governo FHC, fato que não se repetiu durante o governo Lula, quando esse percentual apresentou queda para a média da classe. Entretanto, em ambos os períodos é possível constatar uma tendência: a de troca do transporte urbano pelo privado, na medida em



que se gasta mais com manutenção e combustível do veículo próprio e, em troca, deixa-se de gastar com transporte público. Outro fator importante no grupo transportes é a força do componente aquisição do veículo próprio, o que indica que a classe C continua em busca da realização de um de seus mais característicos sonhos: o do carro próprio. O percentual reservado à aquisição de veículo próprio sofre queda durante o governo Lula em relação ao seu valor no governo FHC, mas mesmo assim continua a corresponder à parcela significativa dos gastos totais com transporte.

Dentro dos gastos com saúde, uma surpresa: eles caem consideravelmente durante os anos FHC, e voltam a subir (mesmo que esse aumento tenha sido pequeno) durante o governo Lula. No período 1995-2002, destaque para o aumento considerável nos gastos com plano de saúde, que aconteceram mesmo com a queda observada nos gastos totais com saúde. No governo Lula, novo aumento no percentual gasto com plano de saúde, além de aumento considerável nos gastos com remédios. Esse gasto crescente com planos de saúde evidencia a troca da saúde pública pela privada por parte do médio-classista, na medida em que a saúde pública desde 1995 só fez piorar: faltaram planos concretos e projetos para a área da saúde nos dois governos em questão. Considerado em um grupo à parte pelo IBGE na POF, porém diretamente ligado à saúde, os gastos com fumo mantiveram, durante o período 2002-2009, a tendência de queda observada nos anos FHC, o que indica que a classe média está de fato parando de fumar.

Com relação aos gastos com educação, duas tendências diferentes nos dois governos; Nos anos FHC, tendência de aumento dos gastos para os médio-classistas de renda mais alta, enquanto os percentuais gastos foram menores se consideradas as rendas mais baixas para o mesmo período. Já em 2002-2009 (Lula), queda nos gastos com educação em todos os níveis: ensinos regular e superior, cursos extra-curriculares, além de queda também no percentual gastos com livros, revistas e livros didáticos. Independente das campanhas do Presidente Lula, que diminuíram os custos do ensino e tornaram o acesso à educação mais fácil e barato, como o ProUni, a queda dos gastos com educação é um indicador preocupante, que não deve ser subavaliado.

Junto com a queda do percentual gasto com educação também houve uma tendência de queda nos gastos com recreação e cultura, majoritariamente causada pela popularização da internet, que diminuiu diretamente os custos com cinemas, livros, CDs e outros dispositivos de

música. Antes eles tinham que ser pagos, agora qualquer um com acesso à internet pode ouvir música e ver filmes sem precisar sair de casa nem gastar dinheiro com cinema, aluguel de filmes, DVDs ou CDs.

Já para as despesas diversas, queda nos dois períodos, mantendo em 2002-2009 a tendência observada em 1995-2002. Com relação aos serviços pessoais, duas tendências diferentes: queda dos gastos da classe média para este fim no governo FHC seguida por aumento no período Lula, o que indica um alívio no bolso dos trabalhadores, já que só se gasta com salão e manicure se sobra dinheiro para isso. O aumento nos gastos com higiene e cuidados pessoais no mesmo período indica a mesma coisa: a classe média tem cuidado mais de si mesma.

Em suma, para os gastos com consumo geral, aumento marcante do percentual gasto no governo FHC e tendência de aumento mantida no governo Lula, quando a classe média deixou de trocar consumo presente por consumo futuro. O aumento tão marcante no governo FHC se deve, em parte, ao fato de que a pesquisa realizada em 1995 foi feita logo após o Plano Real, quando o país se encontrava com os preços amplamente estabilizados, e em 2002, o Brasil já sofria novamente com taxas de inflação relativamente altas, de maneira que a pesquisa de 2002 foi influenciada por este componente. Entretanto, mesmo que a inflação tenha cooperado para aumentar os gastos com consumo no período, seu aumento não pode ser creditado somente a ela.

Já em relação aos gastos não destinados ao consumo, infere-se, do aumento dos gastos com consumo, que eles sofreram queda nos dois períodos. Com relação às despesas correntes, aumento marcante durante os anos FHC, principalmente no que tange aos impostos. Destaque também para a queda do valor pago com contribuições trabalhistas e inclusão de dois novos componentes, que durante o período 1995-2002 passaram a pesar nas despesas da classe média: serviços bancários e previdência privada, indicando que a classe C começou a garantir seu futuro por conta própria. Já no governo Lula, queda surpreendente nos gastos com os quatro componentes: impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários e previdência privada. A classe média continua a pagar altos impostos e a ter descontos, mas não abriu mão do seu “pé-de-meia”, reservando uma pequena parcela de sua renda para o futuro. Destaque para as doações e pensões, que equivalem a aproximadamente 1% do orçamento da classe média: mesmo tendo pouco, a classe C ainda doa.

Já no grupo diminuição do passivo pessoal, a classe média registrou aumento dos gastos destinados à quitação de suas dívidas no governo FHC, porém de maneira contrária à lógica da casa própria: aumentaram os gastos com pagamento de empréstimos e carnês e caíram os destinados prestação do imóvel. Já no governo Lula, os gastos para a diminuição do passivo pessoal se mantiveram estáveis, porém, mais uma vez a tendência do período anterior se repetia: menores gastos com a prestação de imóvel em troca de maiores gastos com pagamentos de carnês e empréstimos, o que evidencia que a classe média brasileira encontra-se cada vez mais endividada: é o custo pela melhoria observada no seu padrão de vida.

Já no grupo das despesas para aumento do ativo, queda brusca durante o governo FHC. Apesar dessa queda, pôde-se observar que os gastos para aquisição de imóvel aumentaram. Com isso, veio uma queda grande no percentual gasto tanto com reforma de imóvel quanto naquele gasto com outros investimentos, que sofrem a maior variação entre todos os gastos. Já para o governo Lula, pequeno aumento dos gastos destinados a aumento do ativo. Em 2002-2009, destaque para a nova queda nos gastos com reforma de imóvel e com outros investimentos, que chegam, pela primeira vez, ao patamar de 0%. A boa notícia é que todas essas quedas tiveram que ser contrabalanceadas por algum aumento (já que foi ampliado o percentual destinado ao grupo aumento do ativo), que veio justamente no quesito aquisição de imóvel, o que mostra que a classe média continua em busca da realização de mais um sonho: o da casa própria.

Após análise dos resultados obtidos nas POFs, com relação ao perfil de gastos da classe é possível concluir que este sofreu variações, mesmo que pequenas, se comparados os dois governos analisados; e que essa variação se deveu principalmente às políticas de cada governo, e ao contexto do país nos dois períodos. Por exemplo: a queda da inflação no país observada com o Plano Real ampliou o percentual gasto com consumo e diminuiu os gastos destinados a outros investimentos, enquanto que as políticas sociais e habitacionais de Lula fizeram aumentar o percentual destinado à aquisição de imóveis. Já a facilidade de obtenção de crédito acabou por implicar aumento crescente dos gastos com pagamento de empréstimos e carnês, e a popularização da internet teve influência direta na redução dos gastos com cultura e lazer.

No que diz respeito ao aumento do número de membros da classe, apesar deste aumento vir sendo observado desde antes do Plano Real, foi com a estabilização monetária

que ele ocorreu de maneira mais clara, e pôde ser notado através do *boom* de consumo de artigos que marcam a classe média. Enquanto no governo FHC esse aumento se deu a taxas de aproximadamente 2,5% ao ano, durante o governo Lula esta taxa avançou para 4% ao ano, e a diferença nessas taxas de crescimento, assim como as variações no perfil de consumo, também foi devida, até de maneira mais clara, às políticas tidas como prioritárias para cada um dos governos.

Enquanto Fernando Henrique Cardoso priorizou a estabilização monetária e o crescimento econômico, Lula governou com políticas voltadas à redistribuição de renda. Assim, o crescimento econômico foi, durante os anos FHC, o maior responsável pelo crescimento da classe média, juntamente com a estabilização, que embasou esse crescimento. A partir de Lula, a taxa de crescimento de 4% ao ano foi sustentada não mais pelo crescimento econômico, e sim pelas políticas sociais e de redistribuição de renda adotadas pelo então presidente: a classe C podia crescer à medida que a renda destinada as classes menos favorecidas crescia a taxas superiores a duas vezes a observada para o crescimento da renda no país, enquanto que os mais ricos viram sua renda crescer a taxas 50% menores do que as do Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **A Política Social no Governo Lula**. São Paulo: USP. Disponível em < <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/MariaHerminia/Lula.pdf>>.

Último acesso em 02/02/2012

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Uma Política Externa Engajada**: a diplomacia do governo Lula. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 47. n. 1, pp.1-24, jan/jun. 2004.

Disponível em < <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1260PExtLula.pdf> >

Último acesso em 02/02/2012

BARROS, R. P.; et al. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 2007 (Texto para discussão número 1258).

BRASIL. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). **Adoção do Critério de Classificação Econômica Brasil**. 2008.

BRASIL. Banco Central do Brasil.

BRASIL. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). **Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de Orçamento Familiar** (POF). Rio de Janeiro. IBGE, 1996.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de Orçamento Familiar** (POF). Rio de Janeiro. IBGE, 2003.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de Orçamento Familiar** (POF). Rio de Janeiro. IBGE, 2009.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) – séries históricas.

BRASIL. **Lei nº 9.276, de 09 de maio de 1996**.

BRASIL. **Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000**.

BRASIL. **Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004**.

BRASIL. **Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008**.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual 1996-1999**. Mensagem ao Congresso Nacional. MPOG. Brasília 1996.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual 2000-2003**. MPOG. Brasília 2000.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual 2004-2007**. Mensagem ao Congresso Nacional. MPOG. Brasília 2004.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual 2008-2011**. Mensagem ao Congresso Nacional. MPOG. Brasília 2008.

BUARQUE, Chico. **Espero que Lula possa fazer o que ele quer e prometeu**. *Jornal O Globo* - Caderno o País, Rio de Janeiro, p. 14, 4 set. 2004.

CORAZZA, Gentil; FERRARI FILHO, Fernando. **A Política Econômica do Governo Lula no Primeiro Ano de Mandato**: perplexidades, dilemas, resultados e alternativas. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 32. n. 1, pp. 243-252, maio 2004. Disponível em < [http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/politica\\_economica\\_governo\\_lula.pdf](http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/politica_economica_governo_lula.pdf) > Último acesso em 31/01/2012

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. **Política Social Focalizada e Ajuste Fiscal**: as duas faces do governo Lula. *Revista Kátalyses*, Florianópolis, v. 10. n. 1, pp. 24-34, jan/jun. 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a04.pdf> > Último acesso em 03/02/2012

FONSECA Jr., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Brasil e a Política Econômico-social**: entre o medo e a esperança. *Revista OSAL*, año V. n. 14, pp. 95-105, ago. 2008. Disponível em < <http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN03%20FRIGOTTO,%20G..pdf> > Último acesso em 02/02/2012

LESSA, Antônio Carlos; FREITAS COUTO, Leandro; SOUZA FARIAS, Rogério. **Política Externa Planejada**: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.52. n.1, pp. 89-109, jan/jun. 2009. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292009000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000100005) > Último acesso em 31/01/2012

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **O Social no Governo Lula**: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Revista de Economia Política*, v. 26. n. 1, pp.58-74, jan/mar 2006. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572006000100004&script=sci_arttext) >. Último acesso em 06/01/2012

NERI, Marcelo. **Miséria e a Nova Classe Média na Década da Igualdade**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em <<http://www.fgv.br/cps/desigualdade>>. Último acesso em 24/10/2011

\_\_\_\_\_. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro, FGV: 2008. Disponível em <[http://www3.fgv.br/ibrecps/M3/M3\\_ANovaClasseMedia\\_Port\\_2.pdf](http://www3.fgv.br/ibrecps/M3/M3_ANovaClasseMedia_Port_2.pdf)>. Último acesso em 21/10/2011

\_\_\_\_\_. **Miséria em Queda**: mensuração, monitoramento e metas. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Disponível em <[http://www3.fgv.br/ibrecps/queda\\_da\\_miseria/inicio\\_q.htm](http://www3.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/inicio_q.htm)>. Último acesso em 22/10/2011

\_\_\_\_\_. **Miséria, desigualdade e políticas de renda:** o Real do Lula. Rio de Janeiro, FGV, 2007. Disponível em <<http://www3.fgv.br/ibrecps/RET3/index.htm>>. Último acesso em 22/10/2011

\_\_\_\_\_. **A nova classe média:** o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2010. Disponível em <<http://www.fgv.br/cps/ncm>>. Último acesso em 22/10/2011

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. **Política Econômica do Segundo Governo FHC:** mudança em condições adversas. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 15. n. 2, pp. 195-217, nov. 2003. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702003000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200008)> Último acesso em 31/01/2012

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery:** a política econômica do governo Lula. *Revista de Economia Política*, v. 23. n. 4, pp.58-73, out/dez. 2003. Disponível em <[http://www.nesfi.ufsc.br/site2010/uploads/arquivos/1151691471\\_br\\_delivery.pdf](http://www.nesfi.ufsc.br/site2010/uploads/arquivos/1151691471_br_delivery.pdf)> Último acesso em 31/01/2012

PORTUGAL, Marcelo S.; BARCELLOS NETO, PAULO CHANANECO F. de. **Política Econômica e Crescimento Sustentado:** os resultados da primeira metade do governo Lula. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.33. n. 1, pp. 185-214, jun. 2005. Disponível em <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1098/1431>> Último acesso em 01/02/2012

QUADROS, W. **A nova classe média brasileira.** 1985. Dissertação de mestrado – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **A evolução da estrutura social brasileira.** São Paulo, Unicamp, 2008 (Texto para discussão número 148).

\_\_\_\_\_. **Brasil: um país de classe média?.** in *Le Monde Diplomatique*, ano 4, nº 40, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estratificação social no Brasil:** o “efeito demográfico”. Texto para discussão IE/UNICAMP nº 151, novembro, 2008.

SÁ EARP, Fabio; PAULANI, Leda. **Mudanças no consumo de bens culturais no Brasil após a estabilização da moeda.** Rio de Janeiro, UFRJ, 2011 (Texto para discussão número 1). Disponível em <[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2011/IE\\_Earp\\_Paulani\\_2011.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2011/IE_Earp_Paulani_2011.pdf)> Último acesso em 05/08/2012

SARAMAGO, José. **Lula deixou de ser o Lula que conhecíamos.** *Jornal O Globo - Caderno o País*, Rio de Janeiro, p. 12, 3 set. 2004.

## ANEXO I – A POF 1995-1996

## Total das áreas 1995-1996

Tipos de despesas	Total	Ate 2 (1)	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 6	Mais de 6 a 8
Desembolso global	100	100	100	100	100	100
Despesas correntes	80,96	94,86	93,26	92,04	90,71	88,38
Despesas de consumo	71,15	92,97	90,37	87,97	85,27	82,6
Alimentação	16,39	33,51	33,94	30,21	26,34	24,47
Habitação	20,77	24,86	23,76	23,79	24,11	22,91
Aluguel	4,57	5,33	5,09	5,96	6,97	5,99
Impostos e taxas	7,63	8,63	8,61	8,16	6,95	7,67
Manutenção do lar	3,04	2,57	2,26	1,79	1,76	1,79
Artigos de limpeza	0,51	1,15	1,12	1,08	0,91	0,81
Mobiliários e artigos do lar	1,89	1,96	2,41	2,42	2,17	2,1
Eletrodomésticos, equipamentos do lar e som e TV	2,71	4,67	3,65	3,76	4,84	3,98
Consertos e manutenção de artigos do lar	0,42	0,56	0,63	0,61	0,5	0,58
Vestuário	4,71	5	5,61	5,71	5,82	5,63
Roupa de homem	1,07	0,96	0,91	1,15	1,19	1,22
Roupa de mulher	1,31	1,37	1,39	1,37	1,54	1,37
Roupa de criança	0,63	0,77	1,17	0,91	0,89	0,83
Calçados e outros apetrechos	1,27	1,47	1,67	1,87	1,74	1,81
Jóias e bijuterias	0,27	0,25	0,23	0,24	0,29	0,21
Tecidos e armarinhos	0,16	0,17	0,23	0,17	0,17	0,2
Transporte	9,72	9,18	9,2	10,78	10,53	10,69
Urbano	3,08	7,59	6,88	7,44	7,06	5,69
Veículo próprio (gasolina)	1,72	0,48	0,62	1	1,32	1,66
Veículo próprio (álcool)	0,55	0,02	0,13	0,29	0,19	0,51
Veículo próprio (manutenção)	1,78	0,31	0,48	1,02	0,81	1,53
Viagens	1,19	0,69	0,77	0,55	0,7	0,69
Outros (Transportes)	1,41	0,08	0,32	0,47	0,45	0,6
Higiene e cuidados pessoais	1,35	2,05	1,74	2,02	2,19	1,96
Perfume	0,4	0,68	0,56	0,64	0,63	0,62
Creme para pele e bronzeador	0,18	0,14	0,16	0,22	0,23	0,2
Papel higiênico	0,13	0,24	0,16	0,23	0,25	0,21
Outros (Higiene e cuidados pessoais)	0,64	1	0,86	0,93	1,08	0,93
Assistência a saúde	6,53	9,26	7,48	6,52	6,48	6,72
Remédios	1,88	4,86	3,56	3,49	3,18	2,76
Seguro saúde e associação de assistência	1,9	0,76	1,02	0,89	1,49	1,5
Tratamento dentário	0,97	0,28	1,28	0,55	0,61	0,67
Consulta medica	0,26	0,12	0,26	0,23	0,14	0,16
Hospitalização	0,16	0,4	0,02	0,11	0,01	0,05
Óculos e lentes	0,17	0,13	0,09	0,11	0,11	0,23
Outras (Assistência a saúde)	1,19	2,72	1,25	1,14	0,94	1,34
Educação	3,49	1,39	1,43	1,75	1,87	2,09
Cursos regulares de 1, 2 e 3 graus e pré-escolar	2,25	0,73	0,66	0,86	0,96	1,05
Outros cursos	0,54	0,17	0,28	0,23	0,32	0,36
Livros e revistas técnicas	0,05	0,02	0,01	0,01	0,02	0,01
Outras (Educação)	0,64	0,47	0,47	0,65	0,57	0,66



Tipos de despesas	Total	Ate 2 (1)	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 6	Mais de 6 a 8
Recreação e cultura	2,51	1,43	1,14	1,63	2,17	2,4
Brinquedos e jogos	0,39	0,36	0,27	0,41	0,38	0,46
Discos e fitas	0,02	0,03	0,04	0,03	0,05	0,04
Outras (Recreação e cultura)	2,09	1,04	0,83	1,19	1,74	1,9
Fumo	0,99	2,95	2,54	2,17	1,83	1,78
Serviços pessoais	1,17	1,03	1,33	1,11	1,12	1,23
Cabeleireiro	0,54	0,54	0,7	0,54	0,51	0,58
Manicuro e pedicuro	0,25	0,11	0,19	0,14	0,19	0,21
Outros (Serviço pessoais)	0,39	0,38	0,44	0,43	0,41	0,44
Despesas diversas	3,52	2,3	2,18	2,27	2,8	2,73
Cerimonias familiares e praticas religiosas	0,54	0,52	0,26	0,45	0,38	0,57
Serviço de cartórios e serviços de profissionais	0,7	0,22	0,31	0,35	0,72	0,54
Outras (Despesas diversas)	2,28	1,57	1,61	1,47	1,7	1,63
Outras despesas correntes	9,81	1,9	2,89	4,07	5,44	5,78
Impostos	3,12	-	-	0,12	0,04	0,15
Contribuições trabalhistas	4,07	1,03	1,99	2,75	3,5	3,74
Outras (Outras despesas correntes)	2,62	0,87	0,9	1,21	1,9	1,88
Aumento do ativo	17,17	4,69	5,81	7,11	8,81	10,59
Veiculo	8,76	0,58	0,64	1,38	2,72	3,3
Imóvel(aquisição)	3,06	0,68	0,2	0,51	0,57	0,34
Imóvel(reforma)	4,68	3,37	4,74	5,06	5,15	6,2
Outros investimentos	0,68	0,07	0,23	0,17	0,37	0,75
Diminuição do passivo	1,86	0,44	0,93	0,85	0,48	1,03
Empréstimo e carne	0,31	0,02	0,14	0,08	0,12	0,21
Prestação de imóvel	1,55	0,43	0,8	0,77	0,36	0,82

Nota: As classes de recebimento mensal, na POF 1996, estão expressas em Salário mínimo (R\$ 112,00),

(1) Inclusive sem recebimento.

## Total das áreas 1995-1996

Tipos de despesas	Mais de 8 a 10	Mais de 10 a 15	Mais de 15 a 20	Mais de 20 a 30	Mais de 30	Sem declaração
Desembolso global	100	100	100	100	100	100
Despesas correntes	87,15	84,91	83,51	79,2	73,78	81,8
Despesas de consumo	80,65	77,7	76,51	70,29	59,5	70,44
Alimentação	22,61	19,16	16,45	14,84	10,31	11,63
Habitação	22,46	22,21	21,85	19,88	17,74	25,39
Aluguel	5,88	5,7	5,38	3,93	2,91	6,69
Impostos e taxas	8,11	7,93	7,94	7,37	6,88	9,89
Manutenção do lar	1,97	2,16	2,85	3,16	3,83	3,85
Artigos de limpeza	0,74	0,57	0,45	0,42	0,3	0,45
Mobiliários e artigos do lar	2	1,96	1,96	1,9	1,71	1,67
Eletrodomésticos, equipamentos do lar e som e TV	3,25	3,45	2,87	2,67	1,79	2,38
Consertos e manutenção de artigos do lar	0,51	0,44	0,4	0,43	0,32	0,46
Vestuário	5,57	5,49	5,24	4,35	3,77	5,29
Roupa de homem	1,23	1,27	1,14	1	0,9	1,37
Roupa de mulher	1,53	1,4	1,49	1,23	1,18	1,39
Roupa de criança	0,81	0,82	0,7	0,55	0,44	0,59
Calçados e outros apetrechos	1,56	1,65	1,51	1,2	0,79	1,43
Jóias e bijuterias	0,25	0,2	0,25	0,26	0,32	0,3
Tecidos e armarinhos	0,2	0,16	0,15	0,11	0,14	0,21
Transporte	10,15	10,63	11,28	10,31	9,12	6,81
Urbano	5,07	4,13	3,81	2,36	0,99	1,89
Veículo próprio (gasolina)	1,59	2,01	1,64	2,09	1,92	1,2
Veículo próprio (álcool)	0,34	0,6	0,84	0,78	0,62	0,24
Veículo próprio (manutenção)	1,66	2,08	2,46	2,58	1,72	1,41
Viagens	0,87	0,84	1,13	1,06	1,66	1,2
Outros (Transportes)	0,62	0,98	1,4	1,45	2,21	0,88
Higiene e cuidados pessoais	1,77	1,6	1,33	1,46	0,86	1,43
Perfume	0,5	0,47	0,41	0,4	0,24	0,5
Creme para pele e bronzeador	0,18	0,22	0,19	0,17	0,17	0,2
Papel higiênico	0,21	0,14	0,11	0,12	0,07	0,13
Outros (Higiene e cuidados pessoais)	0,88	0,78	0,63	0,78	0,39	0,6
Assistência a saúde	7,18	6,97	7,48	6,75	5,73	6,94
Remédios	2,59	2,22	1,94	1,79	1,01	1,73
Seguro saúde e associação de assistência	2,17	2,1	2,57	2,2	1,9	1,91
Tratamento dentário	0,71	0,9	0,95	1,18	1,07	1,13
Consulta médica	0,23	0,18	0,23	0,21	0,35	0,26
Hospitalização	0,17	0,09	0,37	0,07	0,19	0,15
Óculos e lentes	0,18	0,2	0,15	0,19	0,15	0,27
Outras (Assistência a saúde)	1,14	1,28	1,27	1,11	1,06	1,48
Educação	2,21	3,03	3,96	4,47	3,98	4,44
Cursos regulares de 1, 2 e 3 graus e pré- escolar	1,13	1,69	2,58	2,91	2,76	3,03
Outros cursos	0,34	0,64	0,63	0,73	0,55	0,7
Livros e revistas técnicas	0,02	0,04	0,06	0,08	0,07	0,04
Outras (Educação)	0,72	0,66	0,68	0,74	0,61	0,67

Tipos de despesas	Mais de 8 a 10	Mais de 10 a 15	Mais de 15 a 20	Mais de 20 a 30	Mais de 30	Sem declaração
Recreação e cultura	2,35	2,7	2,95	2,57	2,55	2,94
Brinquedos e jogos	0,51	0,55	0,38	0,43	0,29	0,49
Discos e fitas	0,03	0,02	0,03	0,01	0,01	0,02
Outras (Recreação e cultura)	1,8	2,12	2,54	2,13	2,24	2,43
Fumo	1,82	1,24	1,19	0,7	0,38	0,56
Serviços pessoais	1,37	1,25	1,4	1,1	1,08	1,23
Cabeleireiro	0,58	0,63	0,69	0,53	0,46	0,55
Manicuro e pedicuro	0,28	0,23	0,26	0,27	0,27	0,25
Outros (Serviço pessoais)	0,51	0,39	0,45	0,3	0,35	0,43
Despesas diversas	3,16	3,41	3,38	3,86	3,98	3,78
Cerimônias familiares e praticas religiosas	0,75	0,76	0,57	0,53	0,53	0,38
Serviço de cartórios e serviços de profissionais	0,39	0,66	0,85	1,13	0,7	0,62
Outras (Despesas diversas)	2,02	1,99	1,95	2,2	2,75	2,78
Outras despesas correntes	6,5	7,22	7	8,91	14,28	11,36
Impostos	0,11	0,54	0,89	1,88	6,4	4,69
Contribuições trabalhistas	4,21	4,4	4,32	4,24	4,53	3,41
Outras (Outras despesas correntes)	2,19	2,28	1,79	2,78	3,35	3,27
Aumento do ativo	11,89	13,2	14,87	18,8	23,69	16,49
Veiculo	4,36	6,5	7,53	9,72	13,46	7,97
Imóvel(aquisição)	0,66	1,3	1,53	2,52	5,55	4,01
Imóvel(reforma)	6,25	4,99	4,53	6,2	3,9	3,44
Outros investimentos	0,62	0,41	1,27	0,37	0,78	1,07
Diminuição do passivo	0,96	1,89	1,62	2	2,53	1,71
Empréstimo e carne	0,24	0,19	0,37	0,4	0,37	0,48
Prestação de imóvel	0,71	1,7	1,25	1,6	2,16	1,23

## ANEXO II – A POF 2002-2003

**Tabela 1.1.1 - Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar, por classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar, segundo os tipos de despesa, com indicação de características das famílias - Brasil**

(continua)

Tipos de despesa e características das famílias	Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar (R\$)										
	Total	Classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar									
		Até 400 (1)	Mais de 400 a 600	Mais de 600 a 1 000	Mais de 1 000 a 1 200	Mais de 1 200 a 1 600	Mais de 1 600 a 2 000	Mais de 2 000 a 3 000	Mais de 3 000 a 4 000	Mais de 4 000 a 6 000	Mais de 6 000
Despesa total	1 778,03	454,70	658,18	920,69	1 215,33	1 494,43	1 914,35	2 450,03	3 270,20	4 445,42	8 721,91
Despesas correntes	1 658,27	441,75	639,01	885,36	1 158,41	1 411,19	1 808,31	2 293,79	3 077,37	4 146,33	7 752,50
Despesas de consumo	1 465,31	430,16	614,42	843,53	1 094,30	1 311,48	1 655,34	2 055,77	2 725,18	3 516,33	6 095,75
Alimentação	304,12	148,59	195,85	234,26	282,12	312,33	359,76	397,94	474,54	523,77	788,70
Habitação	520,22	168,92	242,00	330,33	417,23	485,10	599,76	714,56	881,33	1 189,44	1 987,85
Aluguel	240,83	78,54	116,56	162,15	203,18	234,83	281,50	331,44	392,51	509,30	879,38
Serviços e taxas	135,18	40,61	58,57	83,82	107,39	127,75	152,55	191,25	246,44	339,25	494,89
Energia elétrica	39,27	13,71	19,85	28,79	35,81	41,49	47,47	58,62	66,84	81,95	105,64
Telefone fixo	31,86	4,15	9,31	17,52	26,68	35,36	41,64	54,79	66,64	82,51	106,38
Telefone Celular	11,29	0,74	1,30	3,21	4,63	6,75	10,43	13,81	26,15	42,42	78,46
Gás doméstico	20,03	14,48	17,89	20,28	21,06	21,35	21,80	21,98	21,70	23,25	27,88
Água e esgoto	13,85	6,63	9,26	11,65	14,89	14,64	17,06	19,81	20,91	22,46	25,58
Outros	18,88	0,89	0,96	2,37	4,32	8,15	14,16	22,24	44,20	86,67	150,96
Manutenção do lar	60,69	18,99	21,52	26,92	37,24	40,75	63,16	75,10	102,27	168,15	348,09
Artigos de limpeza	11,75	5,69	7,96	9,10	10,43	12,52	14,44	15,49	15,30	17,37	33,74
Mobiliários e artigos do lar	32,98	11,61	17,24	22,95	26,01	30,55	39,58	45,68	51,17	68,28	118,95
Eletrodomésticos	33,34	11,90	17,73	21,92	28,97	34,12	42,03	47,55	63,69	72,21	93,84
Consertos artigos do lar	5,45	1,58	2,43	3,47	4,01	4,59	6,49	8,05	9,96	14,88	18,97
Vestuário	83,21	24,06	37,53	53,44	71,57	83,78	104,77	121,82	154,01	179,26	279,76
Roupa de homem	21,12	5,84	8,96	12,73	18,59	21,04	26,54	31,77	43,46	47,75	68,90
Roupa de mulher	23,18	6,13	9,43	13,82	18,72	21,96	29,49	34,08	41,42	49,76	92,52
Roupa de criança	12,16	4,73	6,88	9,87	10,99	14,05	14,66	18,44	19,00	20,78	28,22
Calçados e apetrechos	20,93	6,03	10,01	13,83	18,99	21,54	27,60	30,00	39,24	45,49	63,44
Jóias e bijuterias	4,43	0,91	1,51	2,15	3,22	3,67	4,71	5,83	9,18	12,12	21,87
Tecidos e armarinhos	1,39	0,41	0,74	1,05	1,07	1,51	1,77	1,68	1,71	3,34	4,81
Transporte	270,16	37,08	56,52	100,57	143,25	207,25	277,37	418,81	620,59	802,61	1 505,24
Urbano	42,31	17,90	25,42	34,83	45,87	52,44	55,08	62,32	63,39	65,13	76,26
Gasolina - veículo próprio	52,52	3,80	6,74	16,55	22,34	40,01	57,97	83,61	131,54	177,36	296,58
Alcool - veículo próprio	5,55	0,21	1,13	2,34	2,86	6,70	8,05	11,65	9,22	8,01	29,16
Manutenção - veículo próprio	24,90	2,27	3,48	9,15	14,50	21,54	31,90	43,45	67,48	72,89	114,09
Aquisição de veículos	105,39	7,54	12,39	26,87	40,60	62,78	91,16	167,79	260,65	343,40	715,53
Viagens	22,96	3,97	5,77	8,26	10,83	14,47	20,26	27,37	44,85	69,38	158,68
Outras	16,52	1,39	1,59	2,59	6,24	9,32	12,96	22,61	43,47	66,44	114,94
Higiene e Cuidados Pessoais	31,80	10,92	15,58	21,59	29,39	32,47	44,16	43,59	57,78	62,10	96,06
Perfume	11,54	4,16	5,68	7,95	11,51	10,94	15,65	16,47	22,26	23,15	31,74
Produtos para cabelo	3,33	1,15	1,61	2,20	3,26	3,56	5,24	4,10	5,56	6,53	10,25
Sabonete	2,20	0,95	1,35	1,65	2,19	2,57	2,81	2,84	3,99	3,49	5,02
Instrumentos e produtos de uso pessoal	14,73	4,66	6,95	9,79	12,42	15,40	20,46	20,17	25,97	28,93	49,05
Assistência a saúde	95,14	18,54	30,65	45,59	59,94	77,38	106,69	132,35	180,03	262,88	489,94
Remédios	38,60	14,07	21,04	27,35	33,37	39,14	48,21	52,92	63,78	80,69	116,01
Plano/Seguro saúde	26,84	1,30	1,70	5,70	9,64	15,12	26,57	38,24	65,63	107,43	182,21
Consulta e tratamento dentário	9,59	0,55	1,76	3,23	3,66	7,31	11,73	15,84	18,16	28,55	59,56
Consulta médica	5,10	0,94	1,91	2,80	3,65	5,47	6,18	7,83	10,21	13,23	19,16
Tratamento ambulatorial	1,05	0,09	0,13	0,34	0,48	0,88	0,56	1,04	2,06	3,01	8,75
Serviços de cirurgia	4,22	0,04	0,28	0,88	1,24	1,43	2,22	2,23	3,04	7,48	56,91
Hospitalização	1,05	0,05	0,18	0,62	0,81	0,51	0,88	1,72	2,34	1,23	7,43
Exames diversos	2,88	0,62	1,42	1,85	2,81	3,36	3,57	3,98	5,04	7,91	7,85
Material de tratamento	4,94	0,61	1,67	2,29	3,85	3,43	5,15	7,47	8,13	12,63	28,47
Outras	0,86	0,29	0,56	0,53	0,44	0,74	1,62	1,07	1,63	0,73	3,60

**Tabela 1.1.1 - Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar, por classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar, segundo os tipos de despesa, com indicação de características das famílias - Brasil**

(conclusão)

Tipos de despesa e características das famílias	Despesa monetária e não-monetária média mensal familiar (R\$)										
	Total	Classes de rendimento monetário e não-monetário mensal familiar									
		Até 400 (1)	Mais de 400 a 600	Mais de 600 a 1 000	Mais de 1 000 a 1 200	Mais de 1 200 a 1 600	Mais de 1 600 a 2 000	Mais de 2 000 a 3 000	Mais de 3 000 a 4 000	Mais de 4 000 a 6 000	Mais de 6 000
Educação	59,86	3,63	6,83	12,15	21,63	29,54	51,55	85,86	143,31	230,80	426,45
Cursos regulares	17,78	0,36	0,84	2,34	4,94	7,69	11,04	24,66	38,48	72,15	149,92
Curso superior	19,97	0,24	0,39	1,61	3,96	7,01	16,55	25,77	58,87	89,26	155,46
Outros cursos	11,27	0,30	1,14	2,01	4,10	5,89	11,25	18,40	23,66	42,27	80,49
Livros didáticos e revistas técnicas	2,70	0,57	0,94	1,40	1,91	2,09	2,69	3,38	5,49	8,29	13,13
Artigos escolares	4,15	1,75	2,38	3,13	3,67	3,90	5,14	6,01	7,45	7,87	10,67
Outras	3,98	0,41	1,14	1,66	3,05	2,95	4,88	7,65	9,35	10,97	16,78
Recreação e cultura	34,95	3,66	7,00	12,41	20,08	25,43	38,67	54,73	80,85	113,34	188,41
Brinquedos e jogos	4,67	0,92	1,32	2,52	3,53	4,17	5,57	7,93	9,02	11,68	19,60
Celular e acessórios	3,85	0,43	0,89	1,61	2,74	3,75	5,43	5,77	8,97	10,81	16,95
Periódicos, livros e revistas	5,81	0,38	0,69	1,49	2,91	3,28	5,99	8,46	13,89	21,56	37,23
Diversões e esportes	18,75	1,81	3,71	6,17	9,35	13,19	20,18	29,35	44,93	63,08	103,83
Outras	1,87	0,13	0,39	0,62	1,55	1,04	1,51	3,24	4,03	6,21	10,80
Fumo	10,20	5,20	6,81	8,75	11,91	11,15	12,73	12,95	15,09	14,33	20,08
Serviços pessoais	14,85	2,91	4,45	7,22	9,78	11,86	16,69	21,76	31,48	42,12	70,32
Cabeleireiro	9,21	2,06	3,38	5,30	7,07	8,20	10,41	14,38	19,40	22,85	35,85
Manicuro e pedicuro	2,82	0,23	0,45	0,93	1,27	2,10	3,40	4,05	6,96	9,78	15,85
Consertos de artigos pessoais	0,50	0,05	0,15	0,21	0,31	0,38	0,58	0,65	0,80	1,18	3,29
Outras	2,32	0,57	0,47	0,78	1,14	1,19	2,31	2,67	4,32	8,31	15,33
Despesas diversas	40,81	6,65	11,19	17,22	27,41	35,18	43,18	51,42	86,17	95,68	242,95
Jogos e apostas	4,33	1,00	2,12	2,48	4,11	4,54	8,14	6,07	7,46	9,72	12,36
Comunicação	3,99	1,75	2,50	3,32	4,68	4,32	4,92	6,15	4,69	6,68	7,89
Cerimônias e festas	8,42	1,06	1,73	3,27	6,22	8,43	10,63	10,42	16,10	25,40	45,17
Serviços profissionais	11,11	0,55	1,31	2,79	4,88	7,24	5,52	11,83	33,23	22,27	97,65
Imóveis de uso ocasional	5,87	0,97	0,92	1,14	2,92	3,62	4,90	7,17	12,39	15,20	47,58
Outras	7,09	1,31	2,62	4,22	4,59	7,02	9,06	9,78	12,30	16,41	32,29
Outras despesas correntes	192,97	11,59	24,59	41,83	64,10	99,71	152,97	238,02	352,20	630,01	1 656,75
Impostos	79,31	5,61	10,94	13,53	20,26	32,37	46,07	86,05	127,52	256,31	781,31
Contribuições trabalhistas	49,16	2,33	6,24	15,36	24,58	38,44	59,01	77,87	107,29	156,35	293,38
Serviços bancários	12,10	0,34	0,89	2,23	3,80	6,99	13,00	18,45	34,26	44,39	79,80
Pensões, mesadas e doações	27,36	3,00	5,37	8,23	11,32	15,17	22,57	33,76	49,62	78,50	219,46
Previdência privada	5,23	0,02	0,06	0,22	0,41	0,25	1,35	4,71	3,14	23,17	65,97
Outras	19,82	0,30	1,09	2,26	3,74	6,48	10,96	17,19	30,37	71,29	216,83
Aumento do ativo	84,59	10,11	14,44	25,66	40,68	53,43	71,43	100,78	116,61	182,78	754,11
Imóvel (aquisição)	49,33	3,10	3,14	8,67	14,03	15,02	24,59	36,95	51,37	98,90	623,18
Imóvel (reforma)	34,82	6,89	11,11	16,62	26,25	37,88	46,10	63,38	64,84	82,55	129,75
Outros investimentos	0,44	0,12	0,19	0,36	0,39	0,53	0,74	0,45	0,39	1,33	1,18
Diminuição do passivo	35,17	2,83	4,74	9,67	16,24	29,81	34,61	55,46	76,22	116,31	215,30
Empréstimo e carnê	18,84	1,78	2,29	3,96	8,81	15,20	21,52	29,05	42,72	61,45	117,70
Prestação de imóvel	16,33	1,05	2,45	5,72	7,43	14,61	13,10	26,41	33,49	54,86	97,60
<b>Número de famílias</b>	<b>48 534 638</b>	<b>7 949 351</b>	<b>6 747 421</b>	<b>10 181 484</b>	<b>3 528 908</b>	<b>5 086 643</b>	<b>3 349 073</b>	<b>4 571 410</b>	<b>2 416 195</b>	<b>2 236 892</b>	<b>2 467 262</b>
<b>Tamanho médio da família</b>	<b>3,62</b>	<b>3,34</b>	<b>3,53</b>	<b>3,68</b>	<b>3,73</b>	<b>3,72</b>	<b>3,70</b>	<b>3,80</b>	<b>3,72</b>	<b>3,72</b>	<b>3,63</b>

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo", conforme descrito na introdução.

(1) Inclusive sem rendimento.

## ANEXO III – A POF 2008-2009

**Tabela 1.1.1 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2008-2009**

(continua)

Tipos de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)							
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (1)						
		Até 830 (2)	Mais de 830 a 1 245	Mais de 1 245 a 2 490	Mais de 2 490 a 4 150	Mais de 4 150 a 6 225	Mais de 6 225 a 10 375	Mais de 10 375
Despesa total	2 626,31	744,98	1 124,99	1 810,69	3 133,00	4 778,06	7 196,08	14 098,40
Despesas correntes	2 419,77	722,20	1 084,34	1 721,04	2 909,57	4 299,38	6 623,38	12 274,04
Despesas de consumo	2 134,77	699,24	1 035,23	1 605,79	2 638,02	3 783,68	5 626,30	9 469,57
Alimentação	421,72	207,15	279,02	378,83	522,66	655,45	842,79	1 198,14
Habitação	765,89	277,46	410,65	602,72	946,16	1 319,03	1 809,14	3 221,08
Aluguel	334,89	130,60	198,48	282,54	419,97	551,64	718,06	1 244,77
Aluguel monetário	47,48	24,72	32,82	39,45	56,42	77,77	100,16	140,14
Aluguel não monetário	287,41	105,87	165,66	243,09	363,55	473,86	617,89	1 104,62
Condomínio	22,22	1,46	2,65	5,28	23,30	48,48	91,89	210,82
Serviços e taxas	183,90	66,19	101,96	156,20	236,98	323,80	422,24	635,82
Energia elétrica	60,27	26,21	38,57	56,10	77,09	98,44	115,63	169,18
Telefone fixo	27,18	4,91	14,03	26,32	42,90	51,24	58,11	69,02
Telefone celular	26,19	5,84	10,20	18,12	32,60	51,10	77,80	133,47
Pacote de telefone, TV e Internet	15,05	0,82	1,71	6,70	20,39	42,07	53,75	95,62
Gás doméstico	20,63	15,77	19,37	21,22	22,24	22,41	27,06	30,88
Água e esgoto	23,08	11,71	16,59	23,38	29,49	32,90	36,78	51,69
Outros	11,52	0,94	1,49	4,37	12,28	25,66	53,11	85,97
Manutenção do lar	102,51	26,43	35,98	56,18	114,25	203,21	303,95	682,52
Artigos de limpeza	15,00	8,20	10,59	13,94	17,41	20,65	30,37	40,51
Mobiliários e artigos do lar	46,46	18,33	24,98	36,38	56,59	75,81	107,00	203,00
Eletrodomésticos	54,63	24,10	32,85	47,59	68,61	84,60	119,70	179,80
Consertos de artigos do lar	6,28	2,15	3,15	4,61	9,06	10,83	15,95	23,84
Vestuário	118,22	40,43	58,90	96,64	155,39	202,01	289,68	454,70
Roupa de homem	28,62	9,85	13,95	23,75	37,00	51,11	69,05	108,16
Roupa de mulher	35,83	11,48	17,35	28,58	47,97	61,72	94,07	136,92
Roupa de criança	13,52	6,66	9,01	12,61	17,71	21,23	24,22	33,87
Calçados e apetrechos	33,44	10,75	16,12	27,25	44,60	56,28	83,96	131,82
Joias e bijuterias	5,48	1,27	1,77	3,39	6,37	9,78	15,50	36,90
Tecidos e armarinhos	1,34	0,41	0,70	1,05	1,74	1,88	2,89	7,03
Transporte	419,19	72,07	124,41	247,73	518,84	835,58	1 428,28	2 491,54
Urbano	59,06	28,16	46,80	63,12	83,46	75,78	88,24	89,16
Gasolina - veículo próprio	69,18	10,48	18,57	45,26	99,37	152,41	214,59	340,34
Álcool - veículo próprio	12,16	1,11	1,70	4,85	16,10	32,98	52,36	68,88
Manutenção e acessórios	43,73	6,37	11,38	29,68	63,22	93,56	131,45	219,38
Aquisição de veículos	181,70	18,01	33,34	81,44	203,71	383,57	739,98	1 329,38
Viagens esporádicas	32,43	5,97	9,10	15,00	30,30	52,11	114,17	283,59
Outras	20,92	1,97	3,54	8,38	22,68	45,16	87,49	160,84
Higiene e cuidados pessoais	51,02	20,60	30,17	46,92	66,52	83,96	109,14	146,29
Perfume	20,62	8,70	12,58	19,56	26,83	32,22	44,99	52,96
Produtos para cabelo	4,35	1,96	2,78	4,15	5,92	7,67	7,98	9,05
Sabonete	2,72	1,32	1,87	2,63	3,68	4,18	5,00	5,48
Instrumentos e produtos de uso pessoal	23,33	8,63	12,94	20,58	30,09	39,88	51,16	78,81
Assistência à saúde	153,81	40,80	67,71	109,80	185,51	272,83	437,90	787,32
Remédios	74,74	31,00	49,27	67,87	90,53	111,05	139,60	271,32
Plano/seguro-saúde	45,86	2,37	5,37	19,59	57,95	101,21	182,83	339,75
Consulta e tratamento dentário	7,29	0,67	1,25	3,88	8,39	14,50	29,14	50,80
Consulta médica	5,94	1,62	3,25	5,16	7,91	8,08	13,53	26,38
Tratamento médico e ambulatorial	2,86	0,25	0,31	0,41	1,15	2,86	10,76	44,38
Serviços de cirurgia	4,31	0,49	1,46	1,76	4,08	9,63	34,56	8,30
Hospitalização	1,03	0,10	0,37	0,65	1,51	2,76	2,32	5,14
Exames diversos	4,53	2,26	3,30	4,61	5,66	7,07	8,25	8,03
Material de tratamento	6,08	1,70	2,35	4,95	6,59	13,91	14,30	28,57
Outras	1,19	0,35	0,77	0,91	1,73	1,78	2,61	4,66

**Tabela 1.1.1 - Despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesas, com indicação do número e tamanho médio das famílias - Brasil - período 2008-2009**

(conclusão)

Tipos de despesa, número e tamanho médio das famílias	Despesas monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)							
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (1)						
		Até 830 (2)	Mais de 830 a 1 245	Mais de 1 245 a 2 490	Mais de 2 490 a 4 150	Mais de 4 150 a 6 225	Mais de 6 225 a 10 375	Mais de 10 375
Educação	64,81	6,83	12,95	29,01	74,66	145,64	288,40	409,31
Cursos regulares	16,83	0,96	2,28	5,88	13,81	37,20	89,99	131,62
Cursos superiores	20,48	0,65	2,26	8,12	27,82	50,10	94,20	125,38
Outros cursos e atividades	15,52	1,13	2,87	6,60	17,65	34,71	66,10	109,94
Livros didáticos e revistas técnicas	2,76	0,59	0,97	1,42	3,32	5,58	10,52	15,47
Artigos escolares	5,31	2,96	3,73	4,80	6,84	7,88	11,05	10,90
Outras	3,91	0,54	0,85	2,19	5,24	10,18	16,55	16,01
Recreação e cultura	42,76	8,38	14,67	27,81	51,53	86,70	133,22	239,57
Brinquedos e jogos	6,44	1,64	2,83	4,75	8,97	14,48	15,19	25,76
Celular e acessórios	7,77	2,69	4,46	7,54	10,61	13,20	17,19	18,79
Periódicos, livros e revistas não didáticos	6,96	0,96	1,43	3,54	7,14	13,75	28,29	49,83
Recreações e esportes	12,06	1,37	2,78	5,73	13,22	25,87	41,47	93,12
Outras	9,54	1,72	3,16	6,26	11,58	19,39	31,08	52,07
Fumo	11,62	6,91	8,90	12,32	14,48	14,44	15,17	23,69
Serviços pessoais	23,85	5,60	8,99	17,32	30,73	47,76	70,54	108,93
Cabeleireiro	15,78	4,43	6,94	12,61	21,27	30,99	41,68	58,83
Manicuro e pedicuro	4,74	0,70	1,34	3,30	6,27	10,97	14,95	22,28
Consertos de artigos pessoais	0,44	0,12	0,14	0,28	0,47	1,08	1,29	2,39
Outras	2,89	0,36	0,57	1,13	2,72	4,72	12,62	25,44
Despesas diversas	61,87	13,01	18,85	36,70	71,54	120,28	202,05	389,00
Jogos e apostas	5,80	1,76	3,14	5,32	7,36	11,74	14,34	15,37
Comunicação	5,24	2,92	3,99	5,43	6,60	7,59	8,81	7,80
Cerimônias e festas	14,54	3,00	3,84	8,54	17,81	27,00	50,41	89,56
Serviços profissionais	13,24	2,10	2,84	6,21	14,39	30,87	44,62	97,40
Imóveis de uso ocasional	5,94	0,37	1,01	2,23	5,02	13,45	21,64	56,67
Outras	17,12	2,88	4,03	8,97	20,36	29,64	62,23	122,21
Outras despesas correntes	285,00	22,96	49,11	115,25	271,54	515,71	997,08	2 804,47
Impostos	121,70	10,31	16,15	37,61	93,67	203,36	440,53	1 407,82
Contribuições trabalhistas	80,11	5,67	17,62	42,38	98,01	166,84	272,36	580,20
Serviços bancários	9,94	0,78	2,02	5,72	14,54	20,46	38,65	53,21
Pensões, mesadas e doações	30,10	4,82	9,12	19,09	36,93	62,90	98,48	171,34
Previdência privada	4,84	0,04	0,05	0,65	3,17	7,06	12,92	77,65
Outras	38,31	1,34	4,15	9,81	25,22	55,08	134,14	514,26
Aumento do ativo	152,09	16,12	25,88	57,37	152,15	367,46	402,48	1 479,90
Imóvel (aquisição)	104,62	5,78	10,04	25,26	86,49	272,82	269,90	1 237,61
Imóvel (reforma)	47,32	10,33	15,83	32,03	65,46	94,31	131,78	241,51
Outros investimentos	0,15	0,02	0,01	0,07	0,21	0,33	0,80	0,78
Diminuição do passivo	54,45	6,66	14,77	32,29	71,28	111,22	170,23	344,46
Empréstimo	37,68	5,22	11,75	22,51	46,22	75,68	119,40	239,38
Prestação de imóvel	16,77	1,44	3,02	9,78	25,05	35,54	50,84	105,07
<b>Número de famílias</b>	<b>57 816 604</b>	<b>12 503 385</b>	<b>10 069 184</b>	<b>16 972 311</b>	<b>8 890 463</b>	<b>4 181 485</b>	<b>2 994 837</b>	<b>2 204 938</b>
<b>Tamanho médio da família (pessoas)</b>	<b>3,30</b>	<b>3,07</b>	<b>3,18</b>	<b>3,38</b>	<b>3,42</b>	<b>3,48</b>	<b>3,47</b>	<b>3,30</b>

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Nota: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa, unidade de consumo, conforme descrito na Introdução da publicação.

(1) Inclui os rendimentos monetário e não monetário e a variação patrimonial. (2) inclusive sem rendimento.